

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 11/05/2020	



NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS EMITIDAS NA BAHIA SOMAM 277 MI EM 2020



admin 11 Maio, 2020

Nos três primeiros meses deste ano, 277 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas foram emitidas na Bahia, o que representa uma média de 92,7 milhões de documentos fiscais gerados a cada mês. Quanto mais notas são emitidas mais informações passam a constar no banco de dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, o que traz benefícios diretos ao consumidor por contribuir para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada recentemente pelo governador Rui Costa. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou neste site, sem custo.

De acordo com a Sefaz-BA, o avanço no número de notas emitidas está relacionado ao início da obrigatoriedade da emissão da NFC-e, em 2019, pelos contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas. A obrigatoriedade, prevista pelo Decreto nº 16.434/15, só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos 12 meses foi obtido em dezembro de 2019, período do ano de maior aquecimento do comércio em função das vendas do Natal, com um total de 110,7 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 550 mil participantes em todo o Estado.

Veículo: Varela Notícias	
Data: 11/05/2020	Caderno: Economia



Proposta de isenção de IPVA para motoristas de aplicativo deve tramitar na Alba no 2º semestre

Isenção de imposto se daria por conta da crise do coronavírus

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), Nelson Leal (PP), se reuniu por meio de videoconferência na manhã de hoje (11) com o deputado federal e vice-líder do governo federal na Câmara dos Deputados, Cláudio Cajado (PP), e com o presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativos do Estado da Bahia (SIMACTTER-BA), Átila do Congo, para discutir a proposta de isenção de IPVA para motoristas por aplicativos.

De acordo com Nelson, o projeto “é de utilidade pública”, no entanto devido a pandemia do novo coronavírus não poderá ser colocado em pauta no plenário. Ainda assim, o presidente da ALBA garantiu que no segundo semestre a proposta terá tramitação na Casa. Cajado, autor do projeto de lei que propõe a isenção de IPI na compra de veículos para motoristas por aplicativos, ressaltou a situação difícil que categoria vem passando por conta do coronavírus.

Sesab abre 400 vagas para médicos de todo o país

MÁRCIO WALTER MACHADO*

Médicos de todo o Brasil interessados em trabalhar na Bahia poderão se cadastrar para 400 vagas em diversas especialidades até o dia 18 de maio. O chamamento público parte da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) e visa fortalecer o sistema hospitalar no estado para o enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19).

As vagas são para médicos com experiência em medicina intensiva, anestesiologia, pneumologia, cardiologia, cirurgia, clínica médica ou especialidades afins e serão distribuídas entre diaristas, plantonistas e coordenação, com início imediato. Mas o vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb), Júlio Braga, diz que a maneira como o chamamento foi feito pode ser um problema para os médicos interessados, já que não está claro de que modo será o contrato nem se os profissionais terão segurança jurídica para

o exercício da profissão. Braga aponta não haver edital para a contratação dos médicos.

Já o Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia disse, por meio da assessoria de comunicação, que está reunindo informações referentes ao chamamento público para avaliar os termos da contratação e analisá-la para formular sua posição.

Os profissionais interessados deverão preencher cadastro disponível no endereço eletrônico <http://www.saude.ba.gov.br/temasdesaude/coronavirus/medicocovid19/> e preencher um formulário. A Sesab, até o fechamento desta matéria, não respondeu aos questionamentos de A TARDE.

Fábrica de respiradores aguarda aval da Anvisa

RODRIGO AGUIAR

Com uma das piores distribuições de respiradores do país antes da pandemia do novo coronavírus, sem apoio recente do Ministério da Saúde para a aquisição de equipamentos e já com duas grandes compras canceladas, a Bahia aguarda aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para assinar o protocolo de intenções com a empresa Biogeoenergy, que montará no estado uma fábrica para produção de ventiladores pulmonares.

O anúncio foi feito, ontem, pelo vice-governador e secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, João Leão, em entrevista ao "A Tarde Conecta". O governo chegou a informar anteriormente que o negócio seria selado ontem mesmo com a empresa, que tem capacidade diária de montar 100 ventiladores pulmonares.

Já o governador Rui Costa

voltou a reclamar da dificuldade em conseguir respiradores no mercado internacional. "A humanidade aproveita a oportunidade para ganhar dinheiro. O que a gente percebe é que as tradings, os atravessadores, compram tudo no mundo e a produção dos meses seguintes. Virou o elemento mais difícil de adquirir".

Conforme dados divulgados na última semana pelo IBGE, a Bahia tinha, em 2019, 20 respiradores para cada 100 mil habitantes, o que colocava o estado empatado com o Amazonas e à frente apenas de oito unidades da Federação (Tocantins, Roraima, Pará, Acre, Alagoas, Maranhão, Piauí e Amapá).

Consultada sobre o número atual de respiradores da Bahia, a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) não se manifestou até o fechamento desta edição. Na última semana, foi anunciado o segundo cancelamento de um grande lote de ventiladores



Estado já teve duas grandes compras de aquisição de equipamentos canceladas

pulmonares comprados pelo governo da Bahia.

No início de abril, um lote com 600 respiradores adquiridos pelo Consórcio Nordeste foi interceptado no aeroporto de Miami, nos Estados Unidos. Ainda segundo o titular da Sesab, uma carga de respiradores alemães, vinda da Inglaterra,

é aguardada esta semana com 350 para a Bahia.

A dificuldade também foi exposta pelo ministro da Saúde, Nelson Teich, em reunião com os governadores do Nordeste no dia 29 de abril. Teich cancelou, no final de abril, uma compra de 15 mil respiradores chineses, após o fornecedor informar que não

conseguiria entregar, segundo o ministério. Para suprir a necessidade, a pasta informou investimento de R\$ 658,5 milhões, com a assinatura de contratos com as empresas brasileiras Magnamed, Intermed e KTK para 14,1 mil respiradores em três meses. "A distribuição dos equipamentos tem ocorrido conforme a capacidade de produção", afirmou a pasta, em nota.

Segundo o MS, foram distribuídos, até a última semana, 487 ventiladores pulmonares para o Ceará (75), Paraíba (20), Pernambuco (50), Amazonas (90), Amapá (65), Pará (80), Paraná (20), Santa Catarina (17), Espírito Santo (10) e Rio de Janeiro (60).

COVID-19 Por causa da pandemia, coleta em Salvador foi feita pela internet, por telefone e por app

CESTA BÁSICA NA CAPITAL BAIANA REGISTRA ALTA DE 4,18% EM ABRIL

Alessandra Lori / Ag. A TARDE / 30.5.2018

MARJORIE MOURA

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (tomada especial devido à pandemia do coronavírus), realizada em 17 capitais pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), referente ao mês de abril foi divulgada ontem e registrou alta de 4,18% em Salvador, em relação a março. Devido à Covid-19, na capital baiana a coleta foi realizada pela internet, por telefone e por aplicativo de preços, e a cesta custou R\$ 452,12 (a segunda mais barata do país). No ano, o conjunto de alimentos variou 17,92% e, em 12 meses, 7,15%.

Os dados da pesquisa, explicou Ana Georgina Dias, supervisora-técnica do Dieese-BA, indicaram que os preços do conjunto de alimentos



Feijão apresentou alta em todas as capitais

básicos aumentaram em 16 capitais em relação a março. Apesar de a tomada apresentar diferença em relação à metodologia original do levantamento, indicou tendência de alta no valor da cesta básica, dados confirmados no comparativo com o índice de inflação oficial divulgado na última sexta-feira.

Desde o dia 18 de março, disse Ana Georgina, o órgão suspendeu a coleta presencial de preços dos produtos que fazem parte do levantamento mensal, com exceção da cidade de São Paulo, usado como balizador para a coleta nas demais capitais, e vem sendo realizada com um número menor de pesquisadores nas ruas naquela capital. As feiras livres, que também fazem

parte da pesquisa regular, foram excluídas da tomada.

Salário mínimo

Com base na cesta de maior valor, ou seja, São Paulo, o Dieese estimou que o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 4.673,06, ou 4,47 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.045. Em abril de 2020, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica foi de 101 horas e 44 minutos. Quando se compara o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, alterado para 7,5%, com a reforma da

Previdência, a partir de março de 2020, verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em abril, metade da jornada para comprar os alimentos básicos (50%).

Diferentemente da pesquisa presencial, a entidade encontrou inúmeras dificuldades nessa coleta, entre elas a ausência de dados em sites, aplicativos ou a recusa dos funcionários dos estabelecimentos, atribuídos pelo trabalho em tempo de pandemia, em repassar os preços por telefone ou e-mail. Os problemas obrigaram o Dieese a reduzir e modificar a

amostra original.

O feijão apresentou alta em todas as capitais pesquisadas, e, mesmo relativizando a variação, por conta da coleta parcial, os aumentos foram expressivos, indicando que o produto tem sido vendido por maior valor nos supermercados das capitais pesquisadas.

O leite apresentou elevação de valor em 15 cidades. Por causa da pandemia, os preços foram coletados majoritariamente em padarias, onde realizar a pesquisa por telefone foi mais fácil e onde o valor de comercialização tende a ser maior do que nos

supermercados. A alta registrada, no entanto, tem grande relação com a redução da oferta do produto devido à entressafra e à disputa de matéria-prima pelos laticínios.

O óleo de soja, que já mostrava trajetória de alta, teve o preço médio maior em 14 cidades, com destaque para Recife (6,37%). A carne bovina de primeira teve o preço majorado em 13 capitais, o que pode ser influenciado, em parte, pela maior facilidade em coletar, por telefone, os valores junto aos açougues. O preço da banana aumentou em 12 cidades, em relação a março.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 12/05/2020	Página: B1

Petrobras faz descobertas no pré-sal

A Petrobras anunciou ontem a descoberta de óleo de alta qualidade na área sudeste do campo de Búzios, na região do pré-sal da Bacia de Santos (SP), além de confirmar maior potencial também no pré-sal do campo de Albacora, na Bacia de Campos (RJ). De acordo com a Petrobras, o poço na área do campo de Búzios está situado a 210 quilômetros (km) da cidade do Rio de Janeiro e apresenta profundidade d'água de 2.108 metros. O poço ainda está em perfuração, mas já foram

identificados 208 metros de reservatórios de óleo "O petróleo é de ótima qualidade", disse a empresa.

"O petróleo (descoberto no pré-sal) é de ótima qualidade"

PETROBRAS, em nota

A TARDE

O jornal de toda Bahia

CNI projeta queda de 4,2% na economia brasileira

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta queda de 4,2% na economia este ano. O cenário é considerado o mais provável pela confederação para o recuo do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

A previsão para o PIB antes da crise causada pela pandemia da Covid-19, de dezembro de 2019, era de crescimento de 2,5%.

Para a CNI, o grau de sucesso das medidas econômicas para reduzir os impactos da crise provocada pelo coronavírus e a extensão da quarentena serão determinantes do PIB. Diante desse quadro, o estudo Informe Conjuntural traça três cenários para 2020: um pessimista, um base e um otimista.

"A expectativa é que as medidas econômicas para enfrentar a crise vão, neste

MERCADO PREVÊ RETRAÇÃO DE 4,11%

O mercado financeiro revisou pela 13ª semana seguida a previsão de queda da economia este ano. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – piorou de 3,76% para 4,11%. A estimativa consta do boletim Focus, publicação semanal do Banco Central (BC)

cenário, possibilitar uma recuperação mais rápida, impedir a falência de um grande número de empresas e o aumento significativo do desemprego, além de reduzir os impactos sobre problemas logísticos, falta de insumos e sobre o emprego e, assim, possibilitar uma recuperação mais rápida", dis-



Nelson Almeida / AFP / 24.10.2019

No cenário mais provável, o PIB industrial vai recuar 3,9%

lação prevê que não será possível evitar totalmente o fechamento de empresas, a queda do faturamento e dificuldade de acesso ao crédito, o que tornará os empresários mais cautelosos, com efeitos negativos diretos sobre o PIB.

Há também o fato de o comércio internacional ter sido bastante afetado pela pandemia, o que dificultará o crescimento das exportações brasileiras. Esse cenário, acrescenta a CNI, também depende da evolução da pandemia, pois ainda não se sabe se o avanço do coronavírus vai permitir o relaxamento das medidas mais duras de distanciamento social.

Na avaliação da CNI, o governo precisa continuar na busca pela redução da dívida pública, comprometido com o equilíbrio fiscal e com o controle da inflação, para aumentar a confiança no país e a atração de investimento.

se o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

De acordo com a CNI, no cenário mais provável, o PIB industrial vai recuar 3,9% neste ano em relação ao ano passado. Em um cenário pessimista, a queda será de 7%. Na melhor das hipóteses, espera-se retração de 1,8% do PIB industrial.

Se as medidas de auxílio econômico se mostrarem insuficientes para impedir uma redução forte na renda das famílias e uma falência generalizada de empresas, a queda do PIB brasileiro será de 7,3%, avalia a CNI.

Em um cenário otimista, embora considerado menos provável pela CNI, as medi-

das econômicas de proteção da renda e de acesso ao crédito vão evitar que os efeitos econômicos de março e abril tenham impactos permanentes, com queda significativa do emprego e da renda e que não destruam os canais de distribuição e acesso aos insumos.

Segundo a CNI, a simu-



57
 unidades de saúde já foram visitadas por equipes da prefeitura em Salvador

3.179
 profissionais de saúde já foram testados para o novo coronavírus

3.179
 Trabalhadores da área de saúde testaram positivo

Testagem realizada no laboratório da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), localizada em Barreiras

Conquista e Barreiras começam a testar covid

Pandemia Exames são do mesmo tipo que o Laboratório Central oferece em Salvador

Gil Santos
 REPORTAGEM
 gilvan.santos@redebahia.com.br

Dois municípios no interior da Bahia começam a fazer testes para o novo coronavírus a partir desta semana. A Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), em Barreiras, e o Laboratório Central de Vitória da Conquista vão oferecer o mesmo tipo de exame feito pelo Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen), em Salvador. A Bahia realizou 26 mil testes de março até domingo, e 3,4 mil amostras aguardam análises.

Em Barreiras, o serviço começa a partir de hoje. Serão 30 amostras testadas de segunda a sexta-feira, e os resultados serão informados em até 72 horas. Em Vitória da Conquista também serão 30 amostras, mas por lá, segundo a Secretaria Estadual da Saúde, as atividades começaram nesta segunda. A capacidade desses locais será ampliada nas próximas semanas para 90 exames por dia.

Em Salvador, além do Lacen, estão aptas para fazer os exames a rede Leme, DNA, Jaime Cerqueira, Senai-Cimatec e Hospital São Rafael. A Sesab explicou que esses locais procuraram o Lacen e

pediram a validação das técnicas de realização do exame para a covid-19 e foram aprovadas.

Em nota, a Ufob informou que as amostras positivas não precisarão de contraprova, já que o laboratório da universidade é certificado pelo Lacen. As atividades serão coordenadas por professores do Núcleo de Estudos de Agentes Infecciosos e Vetores. Segundo o informe, "as amostras serão enviadas pelo Núcleo Regional de Saúde do Oeste, conforme prioridades estabelecidas pelos órgãos sanitários". Já o pedido de coleta seguirá o fluxo já estabelecido pelo Ministério da Saúde e pela Sesab. A direção da universidade acredita que, após a pandemia, a estrutura montada poderá ser reaproveitada para diagnosticar com rapidez e precisão doenças como dengue, zika, chikungunya, e infecções pelo vírus HIV, HCV e HBV.

No total, serão aplicados cinco mil testes nas duas cidades. A ação é resultado de um acordo de cooperação técnica com a Associação Baiana de Produtores de Algodão, que doou R\$ 370 mil, Governo da Bahia, Prefeitura de Barreiras e Ministério da Educação, com recursos para implementar o combate à covid-19.

Por meio de nota, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) informou que, em Salvador, estão sendo realizados testes rápidos em todos os profissionais da rede municipal e que existe um cronograma para beneficiar todas as unidades com testagens rápidas. Por se tratar de testagem rápida, que fica pronta em sete minutos, não há fila de espera para que as amostras sejam testadas e haja um diagnóstico. Na capital baiana, 57 unidades já foram visitadas e nelas, 3.179 pessoas testadas. Até agora, 61 profissionais de saúde testaram positivo.

INFECTADOS

O número de infectados com o novo coronavírus na Bahia era de 5.808, até a noite desta segunda-feira. De acordo com a Sesab, a doença matou 214 pessoas no estado e 1.436 pacientes se recuperaram. O primeiro caso confirmado na Bahia aconteceu em 6 de março, nove dias após a confirmação do primeiro paciente do Brasil.

No dia 24 de abril foi inaugurada uma nova ala no Lacen, com um setor de biologia molecular, que faz todos os exames de coronavírus, o que ajudou a ampliar a quantidade de testes feitos na Bahia, passando de 400 para mil exames por dia.

“As amostras serão enviadas pelo Núcleo Regional de Saúde do Oeste. O pedido de coleta seguirá o fluxo já estabelecido pelo Ministério da Saúde e pela Sesab. A Ufob também realizará testagem em amostra para atender a demanda de projetos de pesquisa Sesab

em nota

Objetivo é agilizar resultados no interior

Em abril, o governo do estado anunciou que cinco cidades estavam sendo equipadas para realizar testes da covid-19. Além de Barreiras e Vitória da Conquista, foram selecionadas Jequié, Porto Seguro e Paulo Afonso. A intenção era descentralizar os testes e agilizar os resultados para os pacientes do interior, que aguardavam até sete dias pelos resultados. A expectativa é que as novas unidades encurtem o tempo de espera para 48 horas.

Em Conquista e em Barreiras existiam máquinas para fazer os exames, mas os equipamentos precisaram ser atualizados com o protocolo do Ministério da Saúde. Já as cidades de Jequié, Porto Seguro e Paulo Afonso estão aguardando as máquinas, e o pessoal ainda está passando por treinamento. Em nota, a Sesab disse que a expectativa é de que nas outras cidades o serviço comece na próxima semana. A pasta não informou quais foram os critérios para a seleção das cinco cidades que estarão aptas a realizar os exames.

Quanto aos laboratórios privados, o que pode acontecer é a solicitação ao Lacen para que verifique e valide as técnicas de realização do exame para a covid-19. Os municípios que contam com laboratórios validados são Salvador, Itabuna, Santo Amaro, Lauro de Freitas e Camaçari.

Correio***24h****ECONOMIA**

8

Pedidos de seguro-desemprego aumentam 22,7%

CRISE Os pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores com carteira assinada subiram 22,7% em abril, mesmo com a suspensão dos atendimentos presenciais nas unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine). O levantamento foi divulgado ontem pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Apenas em abril, 748.484 benefícios de seguro-desemprego foram requeridos, alta de 22,1% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o total de pedidos ti-

nha atingido 612.909. Ao todo, 87% dos benefícios foram pedidos pela internet no mês passado, contra apenas 1,7% em abril de 2019.

Apesar da alta em abril, os pedidos de seguro-desemprego continuam relativamente estáveis no acumulado do ano, tendo somado 2.337.081 de janeiro a abril de 2020. O total representa aumento de 1,3% em relação ao acumulado no mesmo período do ano passado, 2.306.115.

A própria secretaria, no entanto, estima que os dados

Os estados com o maior número de pedidos de seguro-desemprego foram São Paulo (217.247), Minas Gerais (85.990) e Rio de Janeiro (58.945)

para o ano podem estar subestimados em até 250 mil pedidos. Isso porque diversos trabalhadores sem acesso à internet não estão conseguindo pedir o benefício nas unidades do Sine, que estão com o atendimento presencial suspenso por causa da pandemia de covid-19.

A estimativa foi elaborada com base na média dos pedidos de seguro-desemprego por meio do atendimento presencial. Segundo o Ministério da Economia, a pasta está divulgando as projeções de pedidos que deixaram de ser realizados para dar um quadro mais honesto do impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho.

Nos quatro primeiros meses do ano, 39,3% dos requerimentos de seguro-desemprego (918.688) foram pedidos pela internet, pelo portal gov.br e pelo aplicativo da carteira de trabalho digital; 60,7% dos benefícios foram pedidos presencialmente. No mesmo período do ano passado, 98,2% dos requerimentos (2.270.285) tinham sido pedidos nos postos do Sine e apenas 1,6% (35.830) tinha sido solicitado pela internet. Em relação ao perfil dos requerentes do seguro-desemprego em abril de 2020, a maioria é masculina (57,1%).

Auxílio poderá durar mais que 3 meses, afirma secretário

BENEFÍCIO Criado para aliviar a perda de renda da população afetada pela crise econômica gerada pela Covid-19, o auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras) poderá ser mantido após o fim da pandemia. A afirmação é do secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, que participou ontem de transmissão ao vivo promovida pelo banco BTG Pactual.

Segundo Costa, o governo discute se o auxílio emergencial e outras medidas de socorro deverão durar os três meses inicialmente planejados ou se deverão ser desmontadas gradualmente, num processo de transição para um novo modelo econômico. "Não podemos virar a chave e desligar tudo de uma hora para outra", disse, referindo-se à possibilidade de manutenção do benefício no segundo semestre deste ano.

Na avaliação do secretário, o auxílio emergencial é "extremamente liberal", nos

moldes do Imposto de Renda negativo, em que pessoas abaixo de determinado nível de renda recebem pagamentos suplementares do governo em vez de pagarem impostos.

Caso o benefício permaneça, Costa disse que o governo terá de estudar uma forma de financiá-lo e de mantê-lo. Segundo ele, o governo pode desmontar o auxílio emergencial gradualmente, conforme as medidas de recuperação econômica ou as reformas estruturais prometidas pelo governo antes de a pandemia entrar em vigor.

O secretário ressaltou que a equipe econômica não estuda somente a continuidade do auxílio emergencial, mas de outras ações tomadas pelo governo. "Talvez alguns programas tenham vindo para ficar", disse. Ele, no entanto, não detalhou quais programas poderiam permanecer além do benefício de R\$ 600.

Costa indicou que medidas de apoio e de desoneração das empresas possam ser mantidas.

A Caixa está preparada para começar o pagamento da segunda parcela do auxílio, mas depende da definição do novo calendário de pagamentos pelo governo

Dólar sobe e fecha a R\$ 5,82; Bolsa tem queda

MERCADO Em meio a tensões no Brasil e no exterior, o dólar subiu e aproximou-se da cotação recorde. A moeda norte-americana encerrou ontem vendida a R\$ 5,824, com alta de R\$ 0,084 (+1,47%). Esse é o segundo maior valor nominal (sem considerar a inflação) desde a criação do real, só perdendo para a última quinta-feira (7), quando a cotação tinha fechado em R\$ 5,84. O euro comercial fechou a R\$ 6,293, com alta de 1,23%. A libra comercial encerrou o dia vendida a R\$ 7,181, com alta de 0,9%.

O Banco Central (BC) interferiu pouco no

mercado. A autoridade monetária fez um leilão de contratos novos de cerca de US\$ 500 milhões de swap cambial - que equivalem à venda de dólares no mercado futuro.

O dia foi marcado por perdas no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3 (Bolsa de Valores Brasileira), fechou esta ontem aos 79.065 pontos, com queda de 1,49%. O indicador alternou momentos de alta e de baixa até por volta das 15h, mas passou a operar em queda nas horas seguintes.

PETRÓLEO RECUA

4,3%

foi a queda do preço do petróleo Brent ontem. O barril foi vendido a US\$ 29,63

Fiat e Jeep retomam produção no Brasil

MONTADORA A Fiat Chrysler (FCA) anunciou ontem a retomada gradual da produção de veículos no Brasil, depois de 48 dias de interrupção. O volume de produção deve ser reduzido no início, com crescimento durante o mês. Antes da paralisação, a planta de Betim (MG), a maior do Brasil, produzia 1,6 mil carros por dia e a de Goiana, 1 mil.

A fabricante de carros da Fiat e da Jeep afirmou que, na reabertura, serão 4,3 mil pessoas trabalhando em Betim, além de 1,5 mil em Goiana (PE). Cerca de 600 emprega-

dos já haviam voltado ao trabalho em uma fábrica de motores da Fiat em Campo Largo (PR).

De acordo com a empresa, a retomada vai ser um processo "gradual", feito após uma série de medidas de organização do trabalho dos funcionários e da adoção de medidas sanitárias. Funcionários administrativos que não estão diretamente envolvidos com a produção continuam a trabalhar de casa, para reduzir o fluxo de pessoas nas fábricas.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 12/05/2020	Página:

Correio*

BRASIL

Quase 190 mil militares receberam auxílio da Caixa

EMERGENCIAL Em meio às longas filas enfrentadas por desempregados e informais para receber o auxílio emergencial de R\$ 600 nas agências da Caixa Econômica Federal, quase 190 mil militares foram contemplados com o “coronavoucher” sem qualquer trabalho.

Dados do governo revelam que 189.695 militares da ativa receberam o auxílio emergencial, totalizando R\$ 113.816.990,00. A informação é do Blog Vicente Nunes, publicados pelos jornais O Estado de Minas e Correio Braziliense.

Em resposta ao blog, o Ministério da Cidadania afirmou que já possui todos os CPFs atualizados de quem recebeu o auxílio emergencial. E, por isso, tem como chegar àqueles que não deveriam ter tido acesso ao auxílio emergencial. Disse também que parentes de militares receberam o auxílio dentro das regras. “É importante destacar que, tanto para o público do auxílio emergencial que fez a solicitação por meio do aplicativo ou site da Caixa, quanto para os cidadãos incluídos no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família existem familiares de militares que receberam o auxílio emergencial por se enquadrarem nos critérios legais, mesmo considerando a renda do familiar militar”, destacou.

Também em nota, o Ministério da Defesa disse que “verifica a possibilidade de recebimento indevido de valores referentes ao auxílio emergencial, concedido pelo Governo Federal no período de enfrentamento à pandemia do coronavírus, por integrantes da folha de pagamentos deste Ministério”.

A pasta acrescentou que, “neste sentido, estão sendo adotadas as medidas para apuração do ocorrido, visando identificar se houve valores recebidos indevidamente, de modo a permitir a restituição ao erário”.

CARLOS HUMBERTO/TSE



João Otávio de Noronha decidiu a favor do presidente Bolsonaro na ação sobre os exames de coronavírus

Projeto do presidente do STJ avança na Câmara

APOIO DO PLANALTO O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), deve incluir na pauta de votações de amanhã, o projeto que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Minas Gerais. O texto é de autoria do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio de Noronha, e, embora tramite desde 2019, o Centrão decidiu

que ele deve entrar na lista de propostas que a Casa precisa analisar prioritariamente em meio à pandemia do novo coronavírus.

Desde que a crise se instalou, toda a pauta da Câmara está voltada para projetos que visem contornar os efeitos da covid-19. A proposta de Noronha pode ser a primeira sem ter qualquer relação com o tema a ser discu-

tida pelos deputados. A pressão para isso parte de deputados do Centrão de Minas Gerais, mas o lobby ganhou o apoio do Planalto.

O presidente Jair Bolsonaro já disse publicamente que “ama” o presidente do STJ. Na semana passada, Noronha derrubou decisões da primeira e segunda instâncias e desobrigou o presidente de apresentar, por enquanto, seu exame de coronavírus para a Justiça numa ação movida pelo jornal O Estado de São Paulo.

O vice-presidente da Câmara, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), disse que “há compromisso com Rodrigo Maia de pausar” o projeto de Noronha. Questionado sobre o motivo de se votar o projeto, respondeu: “Porque não haverá aumento de despesa”. Porém, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2013, afirma que a criação de um novo tribunal em Minas Gerais custaria R\$ 272 milhões.

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada naquele ano liberou a criação de quatro novas cortes, além de Minas, Paraná, Bahia e Amazonas. Mas os deputados só estão vendo urgência na criação do TRF mineiro. Ao todo, segundo o levantamento do Ipea, o custo total de se criar os quatro novos tribunais seria de quase R\$ 1 bilhão.

272 MILHÕES

de reais é o custo para a construção do novo TRF em Minas Gerais

1 BILHÃO

de reais é o custo dos 4 novos TRFs aprovados pelo Congresso em 2013

Tribuna

Terror

Aterrorizou ontem servidores estaduais as afirmações do governador Rui Costa (PT), a rádios do interior, assinalando que servidores não deveriam fazer débito a partir de junho, mês até o qual ele garante que o Estado tem recursos para pagar os salários do funcionalismo. Teve gente no governo dizendo que Rui gerou uma tensão entre servidores totalmente desnecessária.

Prazos

Ontem, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) retomou a fluência dos prazos processuais, suspensos desde 18 de março, em virtude da necessidade de isolamento social para reduzir os efeitos da pandemia da Covid-19.

Costa do Cacau

Hoje, o Hospital Regional Costa do Cacau (HRCC), em Ilhéus, abre mais dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na ala Covid-19, local exclusivo para tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus. Na semana passada, o hospital inaugurou dez leitos de UTI e 18 de enfermaria. A partir desta semana, o HRCC já terá em operação 20 leitos de UTI e 18 de enfermaria, totalizando 38 leitos hospitalares para atendimento. Em breve, a unidade Covid-19 disponibilizará mais dez leitos de UTI, de acordo com demanda, organização de estrutura e equipe, completando o total de 30 leitos de UTI e 18 de enfermaria.

Sob controle

O prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins (MDB), disse ontem durante entrevista coletiva que a cidade mantém o controle sobre o número de casos de coronavírus. Segundo Colbert, a prefeitura segue acompanhando diariamente a evolução dos casos e avaliando as medidas restritivas adotadas. Colbert ressaltou na entrevista que a avaliação da prefeitura em relação à evolução dos casos não leva em conta apenas a abertura ou fechamento do comércio. O prefeito lembrou que, no mesmo período de abertura do comércio, ocorreu também o pagamento do auxílio federal de R\$ 600 na Caixa Econômica Federal e do vale-estudantil feito pelo governo do Estado. Ambas as medidas, destaca Colbert, são fundamentais e necessárias, mas geraram aglomerações.



Colbert Martins

Comércio

Colbert salientou que o comércio tem funcionado com horário reduzido e com outras medidas restritivas, como uso obrigatório de máscaras e álcool em gel para vendedores e clientes e distância mínima de um metro entre as pessoas. Além disso, lembrou o prefeito, polos geradores de aglomerações, como escolas e academias, por exemplo, permanecem fechados por determinação da prefeitura. O gestor ainda descartou adotar, por enquanto, lockdown (bloqueio total de uma região) na cidade. "Feira de Santana não tem nenhuma previsão de ter uma ação tão forte de bloqueio de tudo. Só se houver circunstância muito grave que eu espero que não aconteça", pontuou.

PAULO ROB

Menos política, n

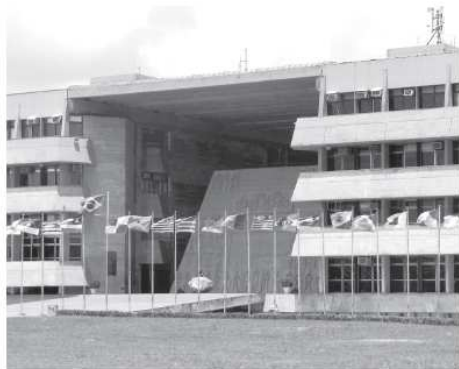


ansei. Não quero política hoje. Ess

Tribuna

ABONO

Votação na AL-BA é adiada após questionamento da oposição



A ASSEMBLEIA Legislativa da Bahia adiou ontem a votação do projeto de lei sobre o abono de permanência do funcionalismo público estadual

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

A votação na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) foi adiada, ontem, após questionamento da oposição. Os deputados iriam apreciar o projeto de lei sobre o abono de permanência do funcionalismo público estadual. De acordo com a assessoria de comunicação da Casa, a matéria trata-se de um instrumento de incentivo à permanência dos funcionários no serviço ativo, mesmo com as condições objetivas de aposentadoria ou passagem para a reserva remunerada. Ou seja, idade mínima e tempo de contri-

buição.

Nesses casos, os funcionários são dispensados do pagamento da previdência estadual, que chega a 14%, passando a contribuir quando forem para a inatividade de forma compulsória (pelo atingimento da idade máxima) ou voluntária.

Objetivo

A matéria trata-se de um instrumento de incentivo à permanência dos funcionários no serviço ativo.

Segundo o líder do governo na AL-BA, Rosemberg Pinto (PT), a minoria, no entanto, questionou se os parlamentares podem votar, por meio de sessão virtual, uma proposta que não trata sobre coronavírus. Desde o início da quarentena, os deputados estaduais têm se reunido de forma online para apreciar as matérias.

Ontem, na sessão virtual, o petista afirmou que é preciso regulamentar a questão para "não gerar nenhuma dúvida". O presidente da Assembleia, Nelson Leal (PP), afirmou que vai reunir a Mesa Diretora para tratar do assunto.

"Eu vou fazer uma consulta agora para todos

os membros Diretora para nós fazemos os ajustes necessários e todas as dúvidas sejam obviamente esclarecidas. Não quero deixar aqui nenhum questionamento aberto. Acho que se o deputado tem dúvida, se o ato da Mesa deixa algum tipo de desconforto, vamos readequar a essa realidade que vivemos. Afinal, nós não sabemos se esse novo momento que nós estamos enfrentando vai durar um mês, dois meses, ou três meses. Não temos ainda nenhuma orientação de quando voltamos o nosso plenário que tanto tenho saudade. Temos que viver com essa realidade que não é a fácil", declarou o progressista.

Tribuna

Prefeitura do Rio vai dar desconto para quem não quitou IPTU

O GLOBO

Por conta da pandemia do novo coronavírus, a Prefeitura do Rio vai conceder desconto de 20% para o contribuinte que quiser pagar o valor referente ao saldo de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e/ou da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TCL) de 2020. O abatimento será sobre cotas vencidas ou a vencer que estejam em aberto.

Para ter o desconto de 20%, no entanto, o contribuinte deverá quitar o débito integral à vista, até uma data que ainda será fixada pela prefeitura, por meio de um decreto.

Também será permitido o parcelamento das cotas vencidas ou a vencer — tanto de IPTU quanto da taxa de lixo — que ainda estejam em aberto em julho de 2020. O valor devido poderá ser pago sem acréscimos moratórios em até cinco parcelas, de agosto a dezem-

bro. Neste caso, o prazo para requerimento e o valor mínimo de cota também serão informados por meio de um decreto a ser publicado.

Quem já pagou o IPTU e a taxa de coleta deste ano, no entanto, não terá direito ao ressarcimento.

Benefício para rede hoteleira

No caso de empreendimentos hoteleiros, os créditos tributários de IPTU anteriores a 2020 (inscritos ou não na Dívida Ativa da Prefeitura do Rio), de estabele-

cimentos que não tenham preenchido antes as condições para ter o abatimento de 40%, poderão ser quitados agora com os seguintes benefícios: - Redução de 40% no valor do imposto e de 80% nos encargos moratórios, desde que o pagamento único seja feito até o último dia útil de agosto de 2020. - Redução de 40% no valor do imposto e de 60% nos encargos moratórios, desde que respeitado parcelamento mensal em até 12 vezes.

Tribuna

COVID-19

Governador anuncia toque de recolher em Itabuna e Ipiaú

Em uma transmissão ao vivo pelas redes sociais, no início da noite desta segunda-feira (11), o governador Rui Costa anunciou que as cidades de Itabuna e Ipiaú terão toque de recolher, já a partir desta terça-feira (12). A medida conjunta do Governo da Bahia e das prefeituras destes municípios valerá inicialmente por 10 dias e determina a proibição de circulação de pessoas e a suspensão de qualquer atividade comercial, com exceção de farmácias, das 20h às 5h. A resolução inclui, ainda, o fechamento de vias com registro de fluxo intenso, mesmo durante a quarentena.

De acordo com o governador, esta série de providências tem o intuito de reduzir drasticamente a taxa de contágio da Covid-19, nestes municípios. "Todas as medidas objetivam diminuir consideravelmente a curva de contaminação. São dez dias decisivos para mudar os números assustadores que essas cidades têm apresentado e esperamos contar com o apoio e compreensão da

população", afirmou.

Rui contou que também discutiu com os prefeitos dos municípios a instalação de unidades de acolhimento para pacientes com sintomas leves da doença. "Essa é outra importante medida que visa isolar esses pacientes com sintomas mais brandos por 14 dias, evitando assim o contágio de familiares e vizinhos, por exemplo. Além disso, nesse período, iremos monitorar a saúde dessas pessoas, podendo agir mais rapidamente, se forem necessários cuidados intensivos", informou o governador.

O governador lembrou, ainda, que o projeto de lei que viabiliza o pagamento de uma bolsa de R\$500 a quem decidir se internar nestas unidades de acolhimento já foi enviado para a Assembleia Legislativa. "Serão pagos R\$250 no sétimo dia e a outra metade no décimo quarto. É importante ressaltar que o limite de bolsas pagas será o número de casos ativos da doença, no município", alertou.

Tribuna

SÃO JOAQUIM

Bombeiros distribuem itens protetivos para feirantes

O Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) distribuiu, nesta segunda-feira (11), 6 mil máscaras de tecido reutilizáveis e 6 mil frascos de álcool gel (500 ml) para feirantes da feira de São Joaquim, em Salvador. A ação fez parte da força-tarefa coordenada pelas secretarias estaduais do Planejamento (Sepplan), Desenvolvimento Econômico (SDE) e Desenvolvimento Rural (SDR). As máscaras distribuídas foram adquiridas a partir de um edital da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à SDR.

De acordo com o secretário do Planejamento do Estado, Walter Pinheiro, a distribuição dos materiais tem como objetivo ampliar a segurança sanitária da feira, em função da pandemia do novo Coronavírus. "Esta é uma feira importante para o abastecimento da população, então a distribuição de álcool gel e máscaras vai no



AÇÃO

Foram 6 mil máscaras e 6 mil frascos de álcool em gel

sentido de combater a disseminação do Coronavírus, tornando a feira um ambiente mais protegido, ao tempo em que a produção destas máscaras que foram distribuídas tem gerado renda para milhares de famílias, principalmente no interior, uma vez que o Governo da Bahia tem como meta a distribuição de 10 milhões de máscaras", disse, ao acrescentar que a

próxima ação desta natureza na capital vai ocorrer na feira das Sete Portas.

"O Corpo de Bombeiros não tem medido esforços para contribuir com o combate ao Coronavírus em diversas frentes que envolvem a desinfecção preventiva de hospitais e outros ambientes com potencial de risco, a distribuição de insumos para unidades de Saúde e a distribuição de

máscaras e álcool gel. Esta operação na Feira de São Joaquim contou com a participação de 34 bombeiros militares do Grupamento Marítimo, sob o comando do tenente coronel Frank e supervisão do comandante de operações da capital, coronel Marchesini", destacou o coronel Francisco Telles, comandante geral do CBMBA.

"A feira de São Joaquim tem um característica cultural e que mobiliza muito gente que vende e compra. O governo municipal adotou a medida da manutenção de locais que trabalham com produtos alimentícios, com uma série de restrições, e está em consonância com o Governo do Estado, que está seguindo as orientações da Secretaria de Saúde. O propósito é proporcionar condições para quem vai comprar e para quem está vendendo, para que estejam protegidos e não sejam vetores do coronavírus em Salvador", destacou o titular da SDR, Josias Gomes.

Veículo: Site Sindsefaz	Caderno:
Data: 11/05/2020	Página:



Sindsefaz apresenta medidas para preservar saúde de fazendários

Boletim 2205 - Salvador, 11 de maio de 2020

Diante do avanço do coronavírus no Brasil, o Sindsefaz tem insistido junto ao Gabinete da Sefaz, bem como conversado com as chefias, para ampliar as medidas de prevenção à saúde dos fazendários que continuam na linha de frente do trabalho na Fazenda baiana. A categoria cumpre o decreto 19.549, de 18 de março de 2020, que determinou a essencialidade do trabalho de arrecadação e fiscalização neste período de pandemia.

Em mais uma correspondência enviada ao Gabinete, o Sindicato cobrou:

- 1) Realizar a vacinação dos fazendários contra o H1N1;
- 2) Ampliar a oferta de Equipamentos de Proteção Individual – EPI (máscaras de acrílico, luvas, máscaras descartáveis) aos fazendários em contato direto com contribuintes ou prepostos;
- 3) Proporcionar limpeza permanente nos postos fiscais e repartições fazendárias;
- 4) Fazer a desinfecção, por profissionais especializados, das áreas onde pessoas detectadas com o vírus transitaram;
- 5) Promover a testagem dos colegas que estiverem trabalhando.

A intenção da entidade é garantir a saúde dos que estão trabalhando, bem como evitar que colegas que por ventura tenham se infectado continuem nas repartições e possam contaminar os demais.

O Sindsefaz, inclusive, tem adquirido EPIs e enviado aos colegas que estão nos Postos Fiscais e em volantes, quando percebe a exposição dos fazendários, mas alerta que este é um papel da administração da Sefaz-BA. A entidade enviou máscaras de acrílico para aqueles que estão em PFs e mandou produzir centenas de máscaras de pano para distribuir à categoria em outros locais.

Veículo: Bahia Econômica	Política
Data: 11/05/2020	



SÓ ESTÃO GARANTIDOS OS SALÁRIOS DE MAIO E JUNHO, SEGUNDO RUI COSTA



admin 11 Maio, 2020

O governador Rui Costa (PT), afirmou nesta segunda-feira, 11, que as finanças da Bahia estão na UTI, “respirando com ajuda de aparelhos”. Ele declarou que os pagamentos dos salários dos servidores estaduais dos meses de maio e junho estão garantidos, mas disse não saber como será no futuro.

“Eu aprendi a ser transparente com minha família e minha relação com a população é sincera. Hoje nós temos condições de pagar os próximos dois meses, maio e junho, mas não sei o futuro. Então, peço que os servidores não façam dívidas. Nós continuaremos trabalhando para evitar essa situação de não poder pagar, mas eu não tenho bola de cristal. Não sei como vai ser no futuro”, disse em entrevista nas rádios Sociedade News e Princesa FM, em Feira de Santana, no centro-norte baiano.

Foto: Camila Souza/GOVBA

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/05/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 11 de Maio de 2020 - 22:20

ANP autoriza construção de refinaria de petróleo em Simões Filho

A diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP) autorizou a Brasil Refinarias a construir uma refinaria de petróleo no município de Simões Filho.

O projeto contempla uma unidade composta de três torres de destilação, sendo uma atmosférica, uma a vácuo e uma de decapagem para separação de quatro produtos via destilação fracionada: nafta leve (17% v/v), querosene e diesel S-500 (27% v/v), parafina (14% v/v) e óleo combustível (42% v/v), segundo o Petróleo Hoje.

O cronograma originalmente apresentado à ANP previa o início da obra em 30 de março de 2020 e sua conclusão em 27 de novembro deste ano, com investimento inicial de R\$ 51 milhões.

O gerente de Produção da Brasil Refinarias, Marcos Antônio Benedito, afirmou que, apesar da pandemia do novo coronavírus e de a autorização da ANP ter saído apenas agora, o plano é concluir as obras e solicitar licença de operação ainda este ano.

“Já estamos trabalhando na parte de aquisição de equipamentos; isso está bem adiantado. Pretendemos estar com a refinaria montada até novembro”, disse.

Segundo Benedito, a refinaria atenderá a pequenos produtores que atuam no Recôncavo Baiano, incluindo a Guindastes Brasil, grupo do qual a Brasil Refinarias é parte.

A petroleira é operadora de dois blocos na bacia e de um no onshore de Sergipe-Alagoas – todos adquiridos em 2017.

“A Guindastes Brasil está trabalhando para colocar alguns poços em produção, e os desinvestimentos da Petrobras devem ampliar a gama de produtores na região”, ressaltou o gerente da Brasil Refinarias.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/05/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 11 de Maio de 2020 - 18:36

Centros de Acolhimento para pacientes com Covid-19 começam a funcionar nesta terça



Os centros de acolhimento que vão abrigar pessoas com a Covid-19 em Ilhéus e Itabuna vão começar a funcionar nesta terça-feira (12). Os espaços, que estão sendo implantados em hotéis e pousadas dos municípios, são dedicados a pessoas no período de transmissão do novo coronavírus, ou seja, os casos ativos. Elas receberão uma bolsa de R\$ 500 para permanecer nesses locais.

"Não é uma medida compulsória, nós vamos convidar as pessoas que testaram positivo para o vírus e estão com sintomas leves e quem aceitar ficar nesses espaços irá receber a bolsa. O objetivo é evitar que quem já está com o vírus contamine outras pessoas e com isso vamos dar uma derrubada no crescimento da taxa de contágio. Eu conversei com os prefeitos e eles já encontraram os hotéis e pousadas onde os centros vão funcionar e, a partir de amanhã, já vamos começar a convidar as pessoas", afirmou o governador Rui Costa (PT) durante entrevista a rádios baianas na manhã desta segunda (11).

O benefício, como Rui já havia anunciado na semana passada, será repassado em duas parcelas de R\$ 250. A primeira será paga no sétimo dia do paciente no isolamento e a segunda no 14º dia (saiba mais aqui).

No entanto, o projeto de lei que garante esse benefício ainda não foi indicado para votação na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). A pauta da Casa está sobrestada por outros dois projetos, um deles em relação ao abono permanência do funcionalismo público, que encontra dificuldades para ser votado por falta de consenso (saiba mais aqui).

AÇÕES NO INTERIOR

Em meio ao combate ao coronavírus, o Governo do Estado inaugurou uma unidade de Atendimento Covid-19 no Centro de Convenções de Ilhéus, como parte de uma estrutura que já conta com os Hospitais da Costa do Cacau e o Hospital de Ilhéus. Com isso, a cidade totaliza 150 leitos de UTI e aguarda o credenciamento de mais 13 leitos

no Hospital São José e outros 30 na montagem de um hospital de campanha. Em Itabuna, são oferecidos 40 leitos no Hospital Calixto Midlej, 13 leitos no Hospital Manoel Novaes e mais 48 leitos estão sendo implantados no Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães.

Durante a entrevista, o governador destacou que a tecnologia é outro importante aliado dos governos no combate à Covid-19. Rui sugeriu que as pessoas busquem orientações e informações nas plataformas do Tele Coronavírus pelo telefone 155 e Monitora Covid na loja de aplicativos da Google Play Store. Dessa forma, o estado tem mais ferramentas de gestão, monitoramento e maior velocidade e precisão no atendimento dos casos da doença.

ESTRUTURA COMPLETA

A estrutura que está sendo implantada pelo Governo do Estado conta com 2.685 leitos de referência, entre clínicos e UTIs, adultos e pediátricos. Desse total, 1.428 serão concentrados em Salvador e 1.257 no interior baiano. Na região Sudoeste, foram contratados 40 leitos do Hospital das Clínicas (HCC), em Vitória da Conquista, para atendimento de pessoas contaminadas, duplicando a capacidade da estrutura já oferecida para o atendimento da região, que tem 41 leitos no Hospital Geral da cidade e outros seis no Hospital Geral de Guanambi. Em Barreiras, o Hospital do Oeste vai atender os pacientes da região com 60 leitos, sendo 50 de UTI.

Na região metropolitana, Lauro de Freitas conta com 301 vagas, sendo 91 de UTI. A maior contribuição será do Hospital Metropolitano, cuja abertura será ainda neste mês, com 191 leitos. O município de Feira de Santana totaliza 160 vagas, que estarão distribuídas entre o Hospital da Criança, o Hospital Geral Clériston Andrade e o Hospital Mater Dei. Já em Seabra, o Hospital Regional da Chapada está dedicando 37 leitos, sendo quatro UTIs e 33 leitos clínicos.

Somam-se à estrutura 285 leitos para atender pacientes de baixa complexidade, que não tenham coronavírus. As unidades localizadas na capital baiana e em São Félix estão absorvendo os pacientes dos hospitais gerais do interior por meio da Central Estadual de Regulação.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/05/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 11 de Maio de 2020 - 16:40

Rui garante salários de maio e junho, mas alerta: 'Não sabemos o que pode acontecer'

por Mari Leal

Questionado sobre a **situação fiscal da Bahia** e o pagamento dos servidores estaduais em meio à pandemia do novo coronavírus, o governador Rui Costa (PT) garantiu os pagamentos em dia dos meses de maio e junho. No entanto, alertou aos servidores quanto aos meses seguintes, pois, segundo ele, "não sabe como a economia irá se comportar".

"Maio e junho temos caixa, temos fluxo para pagar os salários. Nos outros meses não está garantido, vamos trabalhar para não ter nenhuma intercorrência. O governador tem que sinalizar para que as pessoas possam se planejar. Estou recomendando que não aumente o nível de endividamento para que a gente consiga passar essa tempestade", disse Rui em entrevista aos veículos de comunicação da região Sul na manhã desta segunda-feira.

Rui afirmou ainda ter construído uma "relação de sinceridade" com a população. Por isso, em relação a um eventual atraso nos pagamentos, não poderia ser taxativo e afirmar que não aconteceria, mas também não poderia dizer afirmativamente o contrário: "Não sabemos o que pode acontecer".

"As pessoas precisam se programar. Não façam novas dívidas que comprometam sua capacidade de pagamento porque não sabemos o que pode acontecer. Agora para maio e junho tem possibilidade de atrasar salário? Agora não. Mas eu não posso garantir o restante dos meses porque eu não sei como vai se comportar a economia", disse.

"Quero deixar claro. Eu não tenho bola de cristal. Não posso garantir pelos meses seguintes. Não tenho como garantir isso. A minha relação com a população é sempre de muita sinceridade. Olho no olho como aprendi com minha família. Então, não me peçam para ser diferente. Vou manter padrão de relação sincera", completou.

Veículo: Política Livre	
Data: 12/05/2020	Caderno: Economia



12 de maio de 2020 | 09:44

Ilhéus: Hospital Regional Costa do Cacau abre mais 10 leitos de UTI para tratar pacientes com covid-19

INTERIOR

O Hospital Regional Costa do Cacau (HRCC), em Ilhéus, abre nesta terça-feira (12), mais dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), em sua ala Covid-19, local exclusivo para tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus. Na semana passada, o hospital inaugurou dez leitos de UTI e 18 de enfermaria.

A partir desta semana o HRCC já terá em operação 20 leitos de UTI e 18 de enfermaria, totalizando 38 leitos hospitalares para atendimento. Em breve, a unidade Covid-19 disponibilizará mais dez leitos de UTI, de acordo com demanda, organização de estrutura e equipe, completando o total de 30 leitos de UTI e 18 de enfermaria.

Além disso, os profissionais da unidade Covid-19 já receberam treinamentos específicos de atuação na assistência e no fluxo de entrada e saída da ala exclusiva, com a disponibilização de banheiros para troca de vestimentas, colocação e retirada de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o túnel de desinfecção, que diminui o risco de contaminação na troca de roupas.

Segundo relatório oficial da Vigilância em Saúde Frente a Pandemia da Covid-19, após visita técnica, no último dia 29, foi verificado que há disponível na unidade hospitalar equipamentos de proteção individual na unidade, inclusive em estoque. Esse documento, após fiscalização realizada, foi enviado à direção do HRCC, onde foi relatado que: “o hospital encontra-se com todos os materiais de EPI’S em estoque e foi visualizado que todos os colaboradores estão fazendo uso destes equipamentos de proteção”.

De acordo com o médico Almir Gonçalves, diretor assistencial do HRCC, a unidade está empenhada em cumprir as determinações da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

(Sesab) e do governo estadual. “Nós estamos alinhados aos esforços do governador Rui Costa e do secretário Fábio Vilas-Boas em dar suporte para os pacientes acometidos pela Covid-19, que necessitem de atendimento”, destacou.

Almir Gonçalves garante que a equipe assistencial da Unidade Covid-19 do HRCC realiza um trabalho dedicado no atendimento aos pacientes. “Temos uma equipe multiprofissional competente, com experiência, comprometidos em salvar vidas e enfrentar com vigor a doença causada pela pandemia do novo coronavírus. Esses colaboradores têm o nosso respeito e admiração, em um momento tão adverso”, concluiu.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/05/2020	Caderno: Economia



11 de maio de 2020 | 20:16

Vale-alimentação já foi entregue a mais de 244 mil estudantes

BAHIA

O vale-alimentação já foi entregue a 244.183 estudantes até domingo (10), em Salvador e mais 21 cidades do interior que têm as redes Assaí e Cesta do Povo com lojas credenciadas. O benefício, no valor de R\$ 55, está sendo entregue pelo Governo do Estado desde o dia 20 de abril, podendo ser retirado em qualquer dia da semana e enquanto durar o período de suspensão das aulas.

O superintendente de Planejamento Operacional da Rede Escolar da Secretaria da Educação do Estado, Manoel Vicente Calazans, falou sobre o alcance da ação. “Esta ação do Governo do Estado da Bahia, executado pela Secretaria Estadual de Educação, já alcançou mais de 74% do público alvo, proporcionando a aquisição de gêneros alimentícios pelas famílias dos estudantes. Com o Programa Vale-alimentação estudantil garantimos a segurança alimentar dos estudantes da rede estadual que, por conta do fechamento das unidades escolares devido à pandemia da COVID-19, não tiveram acesso à alimentação escolar”, destacou.

O vale-estudantil é destinado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios, como feijão, arroz, macarrão, carne, frango, frutas, verduras, café e leite, sendo a aquisição dos alimentos de livre escolha dos estudantes. A Rede Assaí funciona das 7h às 22h. A Cesta do Povo e as lojas conveniadas, na capital, abrem das 7h às 20h, e, no interior, das 8h às 20h. Por conta do decreto municipal de Salvador, os supermercados atendem, preferencialmente, aos idosos das 7h às 9h.

A Secretaria da Educação do Estado reforça a orientação para que vá ao supermercado (Assaí ou Cesta do Povo e suas lojas credenciadas) apenas uma pessoa – o estudante, o pai, a mãe ou o responsável -, cujo CPF está cadastrado na escola. É preciso apresentar o CPF e

um documento de identidade com foto do estudante. Se a retirada for feita por outra pessoa, a mesma deve apresentar um documento de identidade e, se tiver, o CPF.

Outra recomendação é para que, antes de ir ao supermercado, seja confirmado se o CPF já está cadastrado. Para isto, basta ligar para a escola onde o estudante está matriculado; para o número 0800 284 0011; ou verificar pelo Sistema Siadiante no Portal da Educação. Por esses meios, também é possível saber se é para ir na Rede Assaí ou na Cesta do Povo e suas lojas credenciadas.

Para os estudantes que moram onde não há lojas dessas redes, está sendo entregue um cartão- alimentação com o mesmo valor. Os estudantes devem esperar o comunicado oficial sobre o recebimento. Ao todo são 800 mil estudantes beneficiados com o vale e o cartão- alimentação, em todos os 417 municípios da Bahia. Estão sendo investidos R\$ 44 milhões de recursos do Governo do Estado com o programa.

Máscaras de proteção

Juntamente com a entrega do vale-alimentação, o Governo do Estado está disponibilizando máscaras de tecido para quem estiver na fila sem o uso da proteção. A iniciativa é fruto de uma parceria das secretarias estaduais do Planejamento (Seplan), Educação, de Desenvolvimento Rural (SDR) e de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Veículo: Política Livre	
Data: 12/05/2020	Caderno: Economia



12 de maio de 2020 | 07:00

Governo da Bahia comprou respiradores de empresa que não existe, diz presidente de Comércio Brasil-China

BAHIA

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, Charles Andrew Tang, revelou, em entrevista ao jornal A Tarde nesta segunda-feira (11), que o Governo da Bahia comprou respiradores de uma empresa que não existe.

Segundo Charles, a empresa que a Bahia pagou R\$ 49 milhões e hoje reivindica o reembolso está localizada em Los Angeles, na Califórnia. No entanto, trata-se de uma pequena casa, “um boutiquezinho pintado de preto, roxo, amarelo”.

“O governo baiano comprou respiradores de uma empresa de Los Angeles, que não existe. No endereço dela tem uma casinha, um boutiquezinho pintado de preto, roxo, amarelo”, afirmou.

“O Governo da Bahia perdeu esse dinheiro, porque comprou de uma empresa que não existe, uma empresa fantasma”, acrescentou.

O secretário de Saúde da Bahia (Sesab), Fábio Vilas-Boas, já havia contado a este **Política Livre** que o Governo está tentando reaver os milhões pagos antecipadamente para adquirir os equipamentos.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

Remédio controlado

A corrida pela hidroxicloroquina, turbinada por Bolsonaro na pandemia, não foi lucrativa para a EMS, que fabrica o produto, segundo Marcus Sanchez, acionista e vice-presidente da farmacêutica. A empresa teve de dobrar a produção do remédio, que era só um nicho, para tratamentos como lúpus e malária, além de criar um canal para atender esses pacientes quando esgotou nas farmácias. Mas o preço da matéria-prima subiu 400%, tornando o produto "economicamente inviável".

TARIA "Não é um produto que hoje traz rentabilidade. É só para atender a população", diz Sanchez fala com cautela do remédio, que deu polêmica na pandemia. A EMS participa de estudos que podem trazer os primeiros resultados em 30 dias, mas ressalva que ainda não há respostas sobre a eficácia contra a Covid-19.

PRAZO O setor tem outros desafios, como o câmbio, o frete e a alta nos insumos por restrições na China e na Índia. A decisão de Bolsonaro de postergar por 60 dias o reajuste anual de todos os remédios também achata o rentabilidade.

RECEITA Embora seja mais resistente a crises do que outros mercados, o setor também sente, segundo Sanchez, que já fala em redução de 15% em sua demanda total.

BULA Ele afirma que a indústria foi bem no primeiro trimestre e houve corrida às farmácias para antecipar compras, além da disparada de álcool em gel e vitaminas. Mas se o paciente comprou remédio de uso contínuo para estocar, a venda cai pelos próximos meses. "Ninguém vai tomar o medicamento duas vezes", diz o executivo.



PROSA

As pessoas estão comprando menos remédio desde abril. Muitos inícios de tratamento estão sendo retardados porque as pessoas não estão indo ao médico

Marcus Sanchez acionista e vice-presidente institucional da EMS

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência abril*

Autônomo, empregador e facultativo	Valor máx. R\$ 1.245,20	20%	R\$ 259
Valor máx. R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	
MEI (Microempreendedor)	Valor máx. R\$ 1.045,51	5%	R\$ 52,28

Assalariado
Acu R\$ 1.045

Alíquota	75%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,00	9%
De R\$ 2.089,01 a R\$ 3.134,00	12%
De R\$ 3.134,01 a R\$ 6.101,06	14%

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota em %	Deduzir em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
De 7,5%	97,04	713,69	
a 14%			
Empregador	20%	256,50	1.229,21

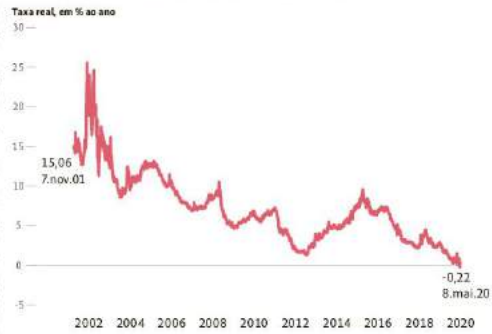
Juros futuros reais de um ano ficam negativos, ou seja, abaixo da inflação

Taxa do contrato de swap para 360 dias, espécie de juro básico do atacado do mercado de dinheiro, baliza custo das demais operações

Vinicius Torres Freire

Juro real fica negativo no Brasil

Taxa do juro futuro de um ano*, descontada a inflação, ao ano



*Taxa do contrato de swap de DI por taxa prefixada, de 360 dias, descontada a expectativa de inflação para os próximos 12 meses, relatada pelo Boletim Focus do Banco Central. Fonte: Banco Central e Boletim Focus

SÃO PAULO O Brasil tem agora juros reais negativos. Pelo menos na sexta (8), tinha. A taxa real de juros futuros para negócios de um ano desceu a -0,22% ao ano (trata-se da taxa do contrato de swap de juro de 360 dias descontada a expectativa de inflação para os próximos 12 meses).

Essa é a taxa básica do atacado do mercado de dinheiro, que acaba por balizar o custo das demais operações. A taxa básica da economia, a meta para a taxa Selic, definida pelo Banco Central, baixou para 3% ao ano na semana passada.

A taxa do contrato de swap para 360 dias estava em +0,61% na sexta-feira passada. O mercado parece esperar, pois reduções maiores no custo básico do dinheiro. O próprio Banco Central disse que pode reduzir a meta da Selic para até 2,25% ao ano, em junho.

As taxas de prazo mais longo, porém, continuam altas desde o pânico de março nos mercados financeiros do mundo e daqui também. A diferença entre operações de 7 anos e 1 ano esteve em pouco mais de 2 pontos percentuais de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020. Em março, chegou a passar de 5 pontos. Baixou um pouco desde então, mas flutua perto de 4,5 pontos, na sexta-feira, de 7,5% ao ano para o prazo de 7 anos e de 2,6% ao ano para 1 ano).

Essas taxas indicam o custo para o governo tomar empréstimos, para financiar seus déficits e rolar suas dívidas. São também o piso do custo do dinheiro para empresas que pretendem obter financiamentos no mercado de capitais, por exemplo. Quanto maiores, claro, menos atrativo se torna um investimento privado e mais caro o financiamento da dívida pública.

Taxas de juros mais altas no futuro podem indicar um te-

mor de inflação, uma percepção de risco maior de colapso ou qualquer outra combinação de sinais de degradação da situação macroeconômica de um país.

Caso a taxa de curto prazo chegue a zero ou perto disso (sem descontar a inflação) e as taxas longas continuem altas, resta ao Banco Central uma medida extraordinária, ao menos no Brasil. Isto é, a compra de títulos de longo prazo (o que aumenta seu preço e reduz a taxa de juros — é a mesma coisa), diminuindo o custo de dinheiro a médio e longo prazos também para o governo. Na prática, o BC subsidiaria o Tesouro com a "criação de dinheiro" e levaria o financiamento da dívida para o curtíssimo prazo.

Em breve, o BC terá esse poder, concedido por uma emenda constitucional. Os críticos desse tipo de política argumentam que tal medida pode provocar inflação, a médio prazo, porque tende a provo-

car uma fuga do real, como uma fuga de capitais do Brasil, e uma grande desvalorização da moeda brasileira, além de dar a impressão de que o governo pode gastar e elevar sua dívida quase sem limites.

A Selic é a taxa das operações de empréstimos entre bancos, grosso modo. A meta da Selic, definida pelo Banco Central a cada mês e meio, por aí, é a taxa de juros que a autoridade monetária (o BC) julga adequada para manter a taxa de inflação (IPCA) na meta. O BC, na prática, define essa taxa intervindo no mercado de dinheiro (vendendo e comprando títulos públicos no mercado secundário).

Nota: a taxa de juros real ficou negativa no dia 22 de abril, na verdade zerada, na prática, em -0,23% devido a uma oscilação mais acidental do mercado. Não há registro de taxas negativas nos últimos 20 anos (e, provavelmente, não deve ter havido desde a estabilização da moeda, em 1994).

Como economia mais afetada, Brasil precisa de mais impulso do governo que outros países

OPINIÃO

Ricardo Barboza e Guilherme Tinoco

Barboza é professor colaborador da Coppead-UFRJ e mestre em economia pela PUC-Rio; Tinoco é economista em finanças públicas e mestre em economia pela USP.

É um fato. As perspectivas para a economia brasileira estão cada vez piores. São pessoas sofrendo por falta de renda e empresas fechando por falta de crédito, sem falar, é claro, nas mortes, que, infelizmente, já somam 10 mil.

Segundo a Economist Intelligence Unit, o Brasil deve ser a economia mais afetada pela Covid-19 em uma amostra de 19 países. De fato, faz sentido que o estrago seja maior aqui. O Brasil não tem apenas um problema de saúde afetando negativamente a economia. Temos também um presidente que resolveu acrescentar uma crise política ao cenário já turbulento. Nesse contexto, o que deveríamos esperar como reação de política econômica?

Orá, se o impacto da crise aqui é maior do que nos demais países, nossa reação de política econômica deveria ser também maior do que a média. O problema é que es-

Se fato, que deveria ser básico, não vem ocorrendo. Segundo o Ministério da Economia, em nota recentemente divulgada, a magnitude das medidas fiscais no Brasil estaria em linha com a média internacional. Comparações desse tipo nunca são muito precisas, mas, tomando o fato como verdade, há um problema sério relacionado à implementação dos programas.

No documento citado, quantifica-se o volume por meio de medidas anunciadas. Anúncios, contudo, nem sempre se transformam em medidas efetivas. Por exemplo, o programa de empréstimo do governo para pequenas empresas pagarem folha salarial, com orçamento de R\$ 40 bilhões, tem sido um fracasso. Até agora, desembolsou somente R\$ 400 milhões, ou 1% do total previsto.

Na política monetária, o país ainda tem o privilégio de ter juro positivo e, portanto, capacidade para reduzi-lo. Mas, enquanto PIB e inflação despencam, caminhos em passos de tartaruga no barateamento do crédito para empresas, famílias e governo.

Por falar em crédito, o Brasil tem a vantagem de possuir

bancos públicos com expertise e capilaridade para atuação nesses momentos. Segundo o Observatório de Política Fiscal da FGV, entretanto, o erro de reação da política econômica via crédito público tem sido tímido. Ao contrário da crise de 2008, a atuação via bancos públicos parece hoje propositalmente esquecida pelos titulares da pasta econômica.

O resumo da ópera é que, no fim das contas, na tentativa de minimizar o erro de fazer o que não deve, o governo está aumentando a probabilidade de cometer o erro de não fazer o que deve — o que é muito mais grave neste momento.

Quando o ministro Paulo Guedes fala que os "sinais vitais da economia talvez não sejam preservados por tanto tempo", ele não está errado. Só esquece de dizer que quem possui as ferramentas para preservar tais sinais, e que não vem utilizando a contento, é seu próprio ministério.

Precisamos alertá-lo para o fato de que, assim como no caso da doença, as consequências econômicas aparecem de maneira exponencial. Cada vez mais fraco, lá vem o Brasil desceando a ladeira da morte — de pessoas e empresas.

Na crise, 1,5 milhão de trabalhadores formais pedem seguro-desemprego

Sob efeito da pandemia, número de pessoas que solicitam benefício cresce 31% em março e em abril

Bernardo Caram

BRASÍLIA Com a crise provocada pelo novo coronavírus, 1,5 milhão de trabalhadores formais foram demitidos em março e abril deste ano e passaram a ter direito ao seguro-desemprego. O número representa um salto de 31% ante o mesmo período de 2019, quando o total de pedidos ficou pouco abaixo de 1,2 milhão.

Dados divulgados pelo Ministério da Economia nesta segunda-feira (11) mostram que as demissões se intensificaram mesmo após o programa implementado pelo governo que autoriza a redução temporária de contratos para evitar desligamentos.

Segundo o ministério, foram 537 mil pedidos de seguro-desemprego em março deste ano e 748 mil em abril.

Há ainda um repasseamento estimado de 250 mil pessoas que perderam seus empregos ao longo dos dois meses e estão aptas ao auxílio, mas ainda não fizeram a solicitação.

De acordo com a pasta, postos do Sine (Sistema Nacional de Emprego) — administrados pelos estados e municípios — foram fechados durante a pandemia, o que impactou as solicitações.

Segundo o governo, os dados indicam que os trabalhadores aguardaram a reabertura das unidades do Sine, embora os requerimentos possam ser integralmente feitos via internet.

O seguro-desemprego é

uma assistência financeira temporária paga pelo governo a trabalhadores dispensados sem justa causa. O valor varia de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,23.

A pessoa demitida tem quatro meses de prazo para requerer o auxílio no Sine, no portal "gov.br" ou no aplicativo de celular "Carteira de Trabalho Digital".

O Ministério da Economia afirma que, uma vez feita a solicitação pelo trabalhador, não há fila de espera para concessão do benefício.

No fim de abril, Jair Bolsonaro assinou decreto que incluiu o processamento do seguro-desemprego como serviço essencial, por meio físico ou pela internet. Com isso, os postos do Sine reabriram.

De janeiro a abril de 2020, o número de pedidos de seguro-desemprego soma 2,3 milhões. O dado não considera os 250 mil benefícios repassados.

No mês passado, foram formalizados 748 mil requerimentos. Trabalhadores do setor de serviços representam 41,6% do total, seguido por comércio (27,7%), indústria (19,9%) e agropecuária (3,7%).

De acordo com a pasta, a maior parte dos pedidos foi feita por homens (57%). A faixa etária entre 19 e 39 anos lidera as liberações (33%). Em relação à escolaridade, 62% têm ensino médio completo.

Em entrevistas e conversas com representantes do mercado financeiro, membros do governo afirmam que a medida colocada em vigor em abril

permite corte de jornadas e salários está surtindo efeito. Sem ela, dizem, o número de demissões seria muito maior.

O programa autoriza empresas a fazer acordos com seus funcionários para suspender integralmente contratos por até dois meses ou reduzir jornadas e salários por até três meses. Nesses casos, o governo entra com uma compensação em dinheiro para os trabalhadores atingidos.

7 milhões têm jornada reduzida ou suspensa

BRASÍLIA O número de trabalhadores formais que tiveram salários e jornadas reduzidos ou suspensos após a crise do novo coronavírus ultrapassou 7 milhões nesta segunda-feira (11), segundo dados do Ministério da Economia.

O saldo representa 21% do total de empregados com car-

teira assinada no país.

Em 1º de abril, o presidente Jair Bolsonaro editou uma MP que autoriza a suspensão de contratos ou redução de salários e jornadas de trabalhadores durante a crise provocada pela pandemia.

Trabalhadores afetados recebem uma compensação do governo que pode chegar a 100% do que receberiam de seguro-desemprego em caso de demissão.

A pasta ainda não divulgou o detalhamento atualizado desse dado, com separação por tipo de acordo, porte da empresa e região do país.

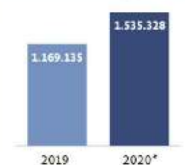
Pelas contas da equipe econômica, a medida deve alcançar 24,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada, mais de 70% de todos os empregados formais do país.

O governo lançou uma página que atualiza todos os dados do número de trabalhadores atingidos pelos acordos (servicos.mte.gov.br/bem). O sistema foi batizado informalmente de "empregoômetro".

A equipe econômica argumenta que os acordos firmados representam empregos preservados. As 18h30 desta segunda, o portal informou que o número de trabalhadores atingidos pela medida estava em 7,1 milhões.

Segundo o IBGE, o Brasil tinha 33,1 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado no trimestre encerrado em março.

Número de pessoas aptas ao seguro-desemprego sobe 31% em março e abril



*Estimativa | Fonte: Ministério da Economia

Pedidos de seguro-desemprego em abril por atividade econômica



INDIANOS PROTESTAM CONTRA AUMENTO NA JORNADA
Sindicalista durante ato em Bangalore contra medida que elevou de 8 para 12 horas diárias a jornada de trabalho em vários setores da indústria

Manjushree Kiran/AFP

Crise expõe 81% da força de trabalho a risco de perda de renda no país

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO Oito de cada dez trabalhadores brasileiros correm o risco de perder o emprego ou parte da renda por causa do impacto da pandemia do coronavírus na atividade econômica, segundo estudo realizado por um grupo de pesquisadores da USP.

A análise indica que mesmo trabalhadores com vínculo formal, e que atuam em atividades consideradas essenciais que podem continuar sendo exercidas apesar das medidas de isolamento, tornaram-se vulneráveis.

Segundo os pesquisadores, o grupo mais frágil reúne cerca de um quarto da força de trabalho, ou 24 milhões de pessoas. São em geral informais empregados em atividades não essenciais.

Outro, com 55% do pessoal ocupado (52 milhões de trabalhadores), se mostra vulnerável apesar de ter vínculo formal ou trabalhar em atividades essenciais. Juntos, os grupos representam 81% da força de trabalho.

"Pessoas que teriam melhores condições de enfrentar

crises econômicas no passado estão desprotegidas diante da epidemia", diz o sociólogo Rogério Barbosa, um dos coordenadores do grupo.

Para avaliar o grau de vulnerabilidade da força de trabalho, o estudo analisou sua composição antes da epidemia, segundo o vínculo com o empregador e o setor de atividade, conforme os últimos dados do IBGE, referentes a dezembro.

Informações do Google sobre a mobilidade, dados da Cielo sobre transações com cartões e pesquisas do Sebrae foram usados para avaliar efeitos da pandemia nos diferentes setores.

Entre trabalhadores ameaçados mesmo com vínculo formal em atividades essenciais são funcionários de bares e restaurantes — que, embora continuem trabalhando, foram afetados pela queda de movimento.

O governo lançou nas últimas semanas várias medidas para proteger a renda dos mais vulneráveis e preservar empregos, incluindo um auxílio emergencial de R\$ 600 para trabalhadores informais

e compensações para os que tiveram redução de jornada e salário no setor formal.

Muitos que perderam renda abruptamente por causa da paralisação de suas atividades levarão mais tempo para obter o auxílio, porque não fazem parte do cadastro dos programas sociais do governo.

O grupo da USP pretende examinar nas próximas semanas o impacto da crise econômica sobre as famílias. O pressuposto é que famílias mais numerosas com vários integrantes entre os grupos vulneráveis sofrerão mais durante o período de isolamento e deverão receber maior atenção das autoridades.

Nas famílias mais pobres, no máximo duas pessoas em cada domicílio podem receber o auxílio. Mulheres solteiras responsáveis pelas famílias têm direito a R\$ 1.200, se preencherem os requisitos.

Os pesquisadores incluem entre os grupos mais frágeis microempreendedores e funcionários de empresas com menos de cinco trabalhadores, que reúnem metade da força de trabalho ocupada antes da crise.

"Muitas dessas empresas não conseguiram sobreviver se não tiveram acesso a crédito", diz Barbosa. "As políticas de garantia da renda desses trabalhadores podem se revelar insuficientes depois que o pior passar".

Veto a reajuste será decidido amanhã, diz Bolsonaro

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro afirmou que deve decidir nesta quarta-feira (13) a respeito do veto do trecho da lei de socorro a estados e municípios que prevê reajuste para servidores públicos. Bolsonaro também disse que deve atender "100%" o ministro Paulo Guedes (Economia).

As declarações foram dadas no fim da tarde, ao chegar ao Palácio da Alvorada.

O presidente esteve reunido durante a tarde com Gue-

des, mas afirmou que uma decisão não foi tomada porque algumas questões precisariam ser adequadas, tanto para estados como para o governo federal.

Bolsonaro citou o exemplo dos novos alunos da academia da Polícia Federal, que passaram por todo o processo de ingresso, mas que aguardam os recursos para iniciar a cursar. Caso isso não ocorra, argumentou, o ingresso seria adiado para o ano que vem.

O presidente defendeu novamente a ausência de reajustes para os servidores públicos, pois o país vai vivenciar um processo de deflação.

"Agora o servidor público, a grande maioria é consciente e sabe que, se a economia não recuperar, não vai ter dinheiro para pagá-lo. Em vez de ter um contracheque bonito, com números vultosos, bons, e vai no banco e não tem dinheiro. Não a diantia isso aí", disse. Renato Machado

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

1º LEILÃO: 18/08/2020 ÀS 11H00 - 2º LEILÃO: 28/08/2020 ÀS 11H00

EDUARDO CONSENTINO Leilão Oficial, matrícula JUCESP nº 616, **JUÃO VICTOR BARROCA GALAZZI** — proposto em exercício, devidamente autorizado pelo Órgão Fiscalizador **BANCO INDUSVAL S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.084.352/0001-71. Fa saber que, nos termos do artigo 27 de Lei nº 0.574 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Arrematação Imobiliária, que institui a legislação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão:** dia 18 de Maio de 2020 às 11:30 horas. **Segundo Leilão:** dia 25 de Maio de 2020 às 11:30 horas. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Morfe Alegre – São Paulo/SP. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão no meio internet. **Descrição dos Imóveis:** Lote 01 – **JARDIM DE TERRAS RIBEIRAS** com 150,57* aquarelas planimétricas, no sítio 335.5094 redutores, na área 3.353.384,00 m², denominados "FAZENDA FLÓRIDA", situados no Município de Nova América da Colônia, dist. Comarca de Assaí/PR, com as seguintes divisões e confrontações constantes da referida matrícula. Matrícula nº 3.638 do Registro de Imóveis do 2º Ofício de Assaí/PR, Lote 02 – **GLISA nº 01**, no "FAZENDA FLÓRIDA", município de Nova América da Colônia, dist. Comarca de Assaí/PR, com a área de 1.621.400,00 m² no 182.14 hectares do sítio 27,00 aquarelas e aquarelas, com as seguintes divisões e confrontações constantes da referida matrícula. Matrícula nº 4.532 do Registro de Imóveis do 2º Ofício de Assaí/PR. **Valor de Venda dos Imóveis acima descritos: 1º Leilão R\$ 11.724.851,01. Valor de Venda dos Imóveis acima descritos: 2º Leilão R\$ 13.979.949,92.** A venda será realizada à vista. Se, no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor estipulado de imóvel será realizado o segundo leilão, no dia e horário estipulado. No segundo leilão será possível a maior lance oferecido, desde que seja superior ao valor de venda, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, atualizadas até a data do leilão. Os interessados em participar do leilão no modo "on-line", deverão se cadastrar no site www.brasilleiloes.com.br e se habilitar em até 02 (dois) dias úteis antes do início do leilão presencial. Os lances "on-line" e seus incrementos deverão obedecer ao critério de melhores condições econômicas e ocorrerá em igualdade de condições em caso de empate a favor nos lances presenciais de fechamento. Corrido por conta do comprador todos os despesas relativos à aquisição dos imóveis no leilão, como: pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação; despesas com Escritura Pública, imposto de transmissão, Foro, taxas, alvarás, cartórios, emolumentos cartorários, registrais, etc. De modo que estejam cientes e sendo vendidos no estado em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. As desocupações dos imóveis deverão ser providenciadas pelo comprador, que assume o risco de ação, bem como todos os custos e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante procuração da competente imobiliária no prazo, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.314/97. **Informações gerais de inscrição pública nos seguintes processos:** (i) Processo 000880-21/2018-18.0047 em trâmite perante a Vara Civil de Assaí/PR; (ii) Processo 0002115-20/2018-18.0047 em trâmite perante a Vara Civil de Assaí/PR; (iii) Processo 0002391-26.2019-8.16.0047 em trâmite perante a Vara de Registros Públicos de Assaí/PR; e (iv) Procedimento Arbitral em trâmite perante o Centro de Arbitragem e Mediação – ADICOM (n. 128/2018). **Mais informações no escritório do Leiloeiro:** Tel.: (11) 4083-2575. **EDUARDO CONSENTINO**, leiloeiro – JUCESP nº 616 – Leilão Oficial **JUÃO VICTOR BARROCA GALAZZI** — proposto em exercício – www.brasilleiloes.com.br

Mais informações em: (11) 4083-2575 | www.brasilleiloes.com.br

mercado coronavírus

Retomada do emprego no pós-pandemia

Recuperação pode ser lenta em economias com mão de obra pouco qualificada, como a nossa

Cecília Machado

Economista, é professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Na sexta (8), saíram os assaltadores números do mercado de trabalho nos EUA: em abril, o número de pessoas empregadas se reduziu em 20,5 milhões, e a taxa de desemprego saltou dez pontos percentuais, de 4,4% para 14,7%, o maior valor da série histórica desde 1948.

No Brasil, os números mais recentes divulgados pelo IBGE são do primeiro trimestre móvel (janeiro a março) de 2020, quando a taxa de desocupação permaneceu relativamente estável em 12,2% (ante 12,7% no mesmo trimestre do ano anterior), com queda do contingente de desocupados em 537 mil (de 13,4 milhões para 12,9 milhões).

Mas é difícil acreditar que os impactos da Covid-19 no mercado de trabalho venham a ser comparativamente tão melhores, dados os muitos cadastros para o auxílio emergencial e pedidos de seguro-desemprego que já se observam aqui.

O falso bom desempenho brasileiro vem principalmente da defasagem nas informações oficiais que estão disponíveis, já que, em crises drásticas e repentinas, até mesmo

poucos dias fazem diferença. O lapso temporal entre coleta e divulgação da Pnad Contínua, a interrupção da publicação do Caged e a ausência de informações em tempo real sobre a concessão de auxílios nos deixam completamente desatualizados sobre os ajustes que já devem estar acontecendo no mercado de trabalho.

Por outras fontes, a resposta no mercado de trabalho já é visível, como a redução no índice de antecedentes de emprego calculado pelo Ibré. Os dados oficiais relativos aos pró-

ximos meses — quando e se saírem — devem mostrar significativa deterioração.

Mas será que observaremos os mesmos impactos no mercado de trabalho brasileiro que estamos vendo nos EUA? Difícil saber, já que variações no emprego dependem da capacidade das economias de se ajustarem à interrupção e reorganização de suas atividades produtivas.

Se de um lado os custos trabalhistas e as cláusulas de proteção ao emprego são maiores no Brasil, existe também parcela expressiva da força de traba-

lho em contrato ultraflexível: os informais. Adicionalmente, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela MP 936, trouxe bem-vinda reposição de renda aos trabalhadores que tiveram jornada de trabalho reduzida ou contratos de trabalho suspensos durante a pandemia.

O programa, que incentiva a continuidade dos vínculos trabalhistas, é importante manobra em crises temporárias, como, ao que tudo indica, estamos vivendo agora.

Vale lembrar que, dos 23,1 milhões de desempregados nos EUA, 18,1 milhões estão desligados temporariamente e esperam ser realocados aos seus antigos trabalhos à medida que a economia se recupera.

Mais preocupante é o número de desligamentos permanentes, que subiu de 544 mil para 2 milhões nos EUA. Para quem experimenta esse tipo de desli-

gamento, os efeitos são duradouros não só no mercado de trabalho mas em outras dimensões, como saúde física e mental e decorrente dependência de auxílios assistenciais.

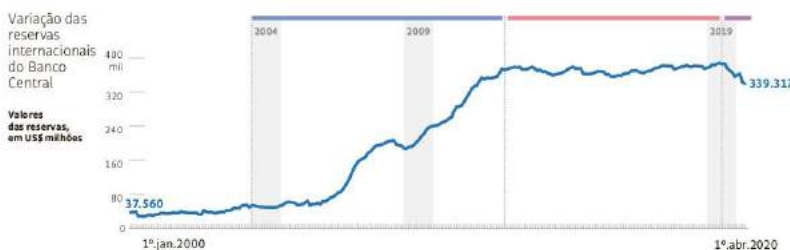
O mundo pós-pandemia fornecerá também muitos novos ingredientes na retomada do emprego. Por exemplo, o isolamento social desencadeou a adoção de diversas tecnologias, tanto em ambientes corporativos quanto domésticos, em potencial substituição a serviços e atividades executadas por trabalhadores menos qualificados.

A pandemia, que deverá mudar nossa cesta de consumo e serviços, terá efeitos no trabalhador inserido nessas atividades. Os impactos de longo prazo podem ser muito maiores, e a retomada, muito mais lenta do que se imagina, em especial em economias em que a mão de obra é pouco qualificada e pouco produtiva, como a nossa.

| DOM: Samuel Pessôa | SEG: Marcia Dessen | TER: Nizan Guanaes, Cecília Machado | QU: Helio Beltrão | QUI: Cida Bento, Solange Srour | SEX: Nelson Barbosa | SÁB: Marcos Mendes, Rodrigo Zeldin

As intervenções do Banco Central em 20 anos de acumulação de reservas

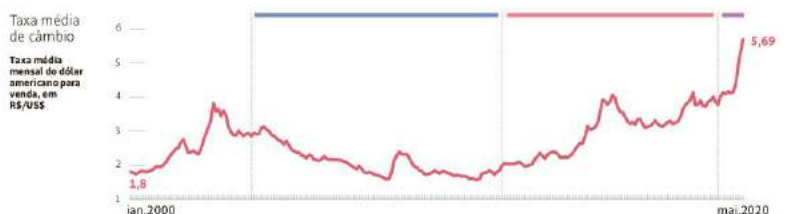
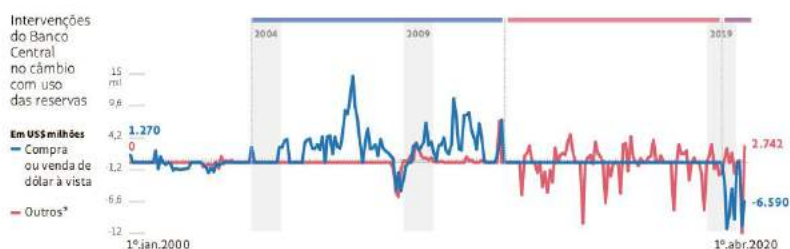
— De jan. 2004 a mai. 2012 (período de acumulação de reservas)
— De jun. 2012 a jul. 2019 (período de administração das reservas)
— De ago. 2019 em diante (período de venda das reservas)



2004: Em um período de praticamente duas décadas, o Brasil aumentou suas reservas em moeda estrangeira de US\$ 38 bilhões para US\$ 380 bilhões, período em que adquiriu US\$ 260 bilhões por meio de intervenções. Soma-se a esse valor a valorização dos ativos

2009: Na crise de 2008/2009, a instituição interrompeu esse processo e vende US\$ 14,5 bi para irrigar o mercado de câmbio em meio à crise detonada pela quebra do banco Lehman Brothers

2019: O valor máximo foi alcançado em meados do ano passado, quando o BC iniciou o processo mais expressivo de venda desses ativos registrado pelas estatísticas oficiais da instituição. Atualmente, as reservas somam US\$ 340 bilhões



*Vendas à prazo, taxas com recompra, empréstimos e operações comprissadas em moeda estrangeira. Fonte: Banco Central do Brasil

BC vende US\$ 54 bi em 9 meses para tentar conter alta do dólar

Intervenção com reservas é cavalo de pau em política que vigorava desde 2004

Eduardo Cuculo

SÃO PAULO No momento em que a taxa de câmbio se aproxima de R\$ 6, o Banco Central promove um cavalo de pau na política de acumulação de reservas internacio-

nais iniciada em 2004. Foram injetados US\$ 54 bilhões no mercado desde agosto do ano passado apenas por meio da venda à vista de dólares. No mesmo período, a fuga de recursos do país soma US\$ 57 bilhões. Ambos os

valores são recordes. A Folha conversou com os ex diretores da área de Política Monetária do BC, setor responsável pela gestão das reservas, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Mario Torós, atualmente sócios na Ibitúna

Investimentos, que comandaram o processo de compra desse seguro contra crises de 2004 a 2009. De 2001 a 2003, o BC chegou a vender cerca de US\$ 15 bilhões. A partir de 2004, não houve mais vendas, só com-

pras, com exceção da injeção de recursos durante a crise de 2008/2009, também nesse momento. Depois disso, a instituição só voltaria a vender dólares em agosto de 2019. Em outros períodos, especialmente de 2013 a 2018, o BC atuou por meio de outros instrumentos, como empréstimos de recursos das reservas por alguns meses, o que afeta temporariamente o estoque. Os valores anuais ficaram próximos de US\$ 10 bilhões.

Rodrigo Telles da Rocha Azevedo, que foi diretor da área de outubro de 2004 a abril de 2007, afirma que a atuação do Banco Central não tem como objetivo fixar uma taxa de câmbio e é uma resposta às demandas do mercado em determinado momento.

"O Banco Central tem vários instrumentos à sua disposição e uma mesa de câmbio que consegue ver onde está a demanda ou a oferta de um instrumento cambial. Há momentos em que o mercado quer vender dólar, ou quer vender derivativo, momentos em que demanda dólar ou demanda hedge [proteção]. A resposta do Banco Central sempre é atendendo a uma determinada circunstância de mercado", afirma Azevedo.

"Isso continua sendo verdade até hoje. Se você olhar para as intervenções que foram feitas desde o ano passado, há momentos em que ela é feita através de venda e momentos em que é feita através de derivativos [swap] ou linhas de liquidez, respondendo a conjunturas de mercado."

Ele afirma que a experiência do início da década passada mostrou que o Brasil tinha uma grande vulnerabilidade a desvalorizações cambiais. Daí a iniciativa de iniciar um processo de aquisição de reservas, que passaram de aproximadamente US\$ 35 bilhões em 2002 para US\$ 340 bilhões atualmente, aproveitando ventos favoráveis no mercado externo, com aumento da demanda por commodities, e no mercado interno, que provocaram uma forte entrada de recursos na economia brasileira.

Ao mesmo tempo, o país reduziu e melhorou o perfil da dívida externa, o que incluiu a quitação dos empréstimos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) em 2005.

Em 2008, o país passaria a ter mais ativos do que passivos em moeda estrangeira, se tornando credor em dólar (uma diferença que está hoje em 4% do PIB).

Em 2002, uma depreciação cambial de 3% aumentava a dívida líquida em 1 ponto percentual do PIB. Atualmente, a dívida líquida cai quando o dólar sobe.

Essa mudança ajudou o Brasil a enfrentar a mudança de cenário ocorrida no final daquele ano, segundo Mario To-

ros, que sucedeu Azevedo em 2007 e ficou à frente da área até o final de 2009.

"Passamos bem por uma luçada de vento contra. Sem tentar definir um nível de câmbio, fazendo com que o mercado defina o preço, mas, para definir o preço, tem de ter uma racionalidade. E essa racionalidade muitas vezes está associada a ter liquidez no mercado. O Banco Central atuou de acordo com a natureza dos fluxos. No momento em que definiu que a necessidade era em algum fluxo do balanço de pagamentos, atuou no spot [à vista], se era uma demanda por hedge, atuou nos derivativos", afirma Torós.

"Posteriormente, tivemos uma série de outros ventos contrários, e as reservas foram sempre um fator de equilíbrio para dar uma certa tranquilidade, um seguro para momentos ruins, um porto seguro da economia brasileira."

Torós afirma que o processo de acumulação de reservas deu ao país um seguro contra crises que não gerou custo, mas deu lucro ao país.

"Você pagava um diferencial de taxas de juros muito grande, porque a taxa aqui era muito maior do que lá fora, mas você conseguiu reduzir esse diferencial, o câmbio foi ajustando em razão disso. Hoje, o fato de o setor público estar ativo em dólares gerou um resultado positivo, que não era o objetivo primordial. Você está disposto a pagar por um seguro. Mas esse seguro você não precisou pagar."

Azevedo afirma que o setor privado também está mais preparado atualmente para uma desvalorização do que em 2002. "Nos últimos dois anos, empresas brasileiras reduziram dívida externa e emitiram dívida dentro do Brasil. Isso também reduz a vulnerabilidade do setor privado a desvalorizações", afirma.

"A gente está vendo o câmbio se ajustando aos fundamentos brasileiros, e a intervenção tem sido basicamente para fazer com que ele chegue ao seu patamar, mas de uma maneira funcional, onde haja liquidez, não haja 'gap'."

+ Dólar sobe 1,28%, para R\$ 5,818; Bolsa cai 1,5%

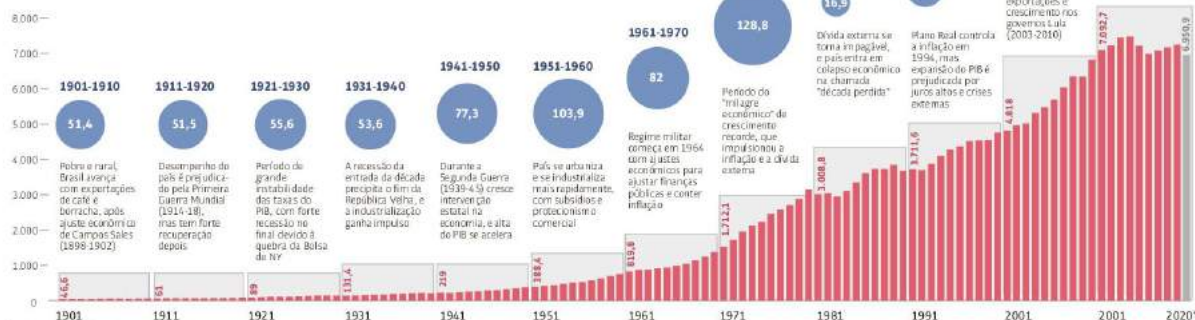
A cotação ficou próxima do recorde nominal (sem contar a inflação), alcançado na quinta (7), de R\$ 5,8360. Investidores aguardam a divulgação da ata do Copom nesta terça (12) para maiores detalhes sobre a decisão na semana passada de cortar a Selic para 3% ao ano e sinalizar mais enfraquecimento. O Ibovespa caiu par 79.064 pontos, em linha com desempenho negativo do mercado de ferro e petróleo no mercado internacional.

mercado coronavírus

12 décadas de evolução do PIB

Em R\$ bilhões de 2019

● Crescimento na década, em %



*Projeções Reais | Fontes: Ipea, FGV e IBGE

Década que termina em 2020 terá menor expansão do PIB já medida

Segundo projeção para este ano, período 2011-2020 acumulará crescimento de apenas 1,9%

Gustavo Patu

BRASÍLIA A década que se encerra neste ano amargará, por larga margem, a menor taxa acumulada de crescimento econômico já registrada no país pelas estatísticas e estimativas que alcançam até o início do século passado.

Para se confirmar o centro das projeções dos analistas, segundo pesquisa do Banco Central, o PIB (Produto Interno Bruto, medida da renda nacional) encolherá 4,1% em 2020, devido ao impacto da pandemia do novo coronavírus.

Nessa hipótese, o PIB brasileiro encerrará o decênio com alta acumulada de somente 1,9% — desempenho que seria considerado ruim mesmo para um único ano.

Não existe nada parecido na história documentada do país. Na chamada década perdida, se considerado o período de 1981 a 1990, a economia teve crescimento de 16,9%, em meio à disparada da inflação e a calotes da dívida externa.

Se levados em conta quaisquer períodos de dez anos, a taxa acumulada mais baixa até aqui é a de 2009-18, de 12,8%. Nesse intervalo, o país viveu duas recessões diferentes.

O mesmo tende a se dar agora. Depois do ciclo de encolhimento do PIB de 2014-16, as medidas de combate à Covid-19 provocam uma nova — e possivelmente ainda mais aguda — retração das atividades produtivas.

A magnitude da nova queda ainda é difícil de estimar, e

as projeções têm caído a cada semana nas pesquisas do BC. A piorar o quadro, a renda nacional nem mesmo havia recuperado o patamar medido antes da última recessão, ou seja, o do início de 2014. Os últimos três anos foram de cifras fracas de expansão.

Não é improvável, por isso, que ao fim deste ano o PIB tenha retrocedido a um nível similar ao de 2010 — a despeito do aumento populacional ocorrido desde então.

Calamidades econômicas são eventos relativamente raros no Brasil, como se pode notar na série histórica elaborada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao Executivo federal) com início em 1901.

Nessas 12 décadas, registraram-se quatro grandes recessões em duração e intensidade — não está na lista a que já deve estar em curso. Em comum, todas tiveram impactos políticos dramáticos.

A primeira, sobre a qual só existem estimativas, resultou em queda calculada em 5,3% do PIB no biênio 1930-31, na esteira da Grande Depressão provocada pela quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Tratava-se de um desastre para um país pobre e rural, que enfraqueceu a oligarquia agrária e deu fim à era conhecida como República Velha.

Nas décadas seguintes, o Brasil experimentaria um processo de urbanização, industrialização e crescimento econômico mais acelerado, com intervenção estatal na forma de criação de empresas, proteção comercial e subsídios.

Tal modelo, chamado de

desenvolvimentista no léxico doméstico, perdurou com idas e vindas até a década de 1970, quando se observou o "milagre econômico" da ditadura militar — o PIB cresceu 128,8% de 1971 a 1980.

As taxas recorde de expansão, no entanto, se fizeram acompanhar de mais inflação e, sobretudo, endividamento externo. Quando os juros internacionais subiram, a dívida se tornou impagável.

A consequência foi a recessão mais aguda já medida no país (ressalvadas mudanças metodológicas nas contas): entre os anos de 1981 e 1983, o PIB encolheu 8,5% ao longo de nove trimestres, apresentando a derrocada do regime.

Mesmo após a retomada, a crise persistiria na forma de inflação sem controle, desorganizando as relações entre empresas e consumidores e comprometendo a retomada da atividade.

Na tentativa de conter a alta de preços, o Plano Collor, de 1990, agravou e prolongou um ciclo de retração que havia começado no ano anterior e só acabaria em 1992.

Depois do bem-sucedido Plano Real, em 1994, o país viveu anos de relativa estabilidade monetária e crescimento econômico em geral modesto, mas sem grandes oscilações — até o colapso das finanças públicas em 2014.

Consequência do desenvolvimentismo ressuscitado pelo governo Dilma Rousseff (PT), uma nova escalada da dívida pública desencadeou uma crise política e econômica. Como Collor, Dilma sofreu um processo de impeachment.

Itaú piora projeção e passa a ver queda de 4,5% do PIB

O Itaú revisou suas projeções para a economia brasileira nesta segunda (11) e, agora, prevê uma queda de 4,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2020, ante 2,5% projetados antes. Para 2021, o ban-

co espera uma recuperação menor, com crescimento de 3,5%, ante 4,7%.

De acordo com a instituição financeira, a mudança se deve à redução na estimativa de crescimento global, propagação do vírus ainda intensa e persistente no Brasil e maiores incertezas fiscais, que geram condições financeiras menos estimulativas

para a atividade econômica". Para o déficit primário, a estimativa foi de 8% para 10,2% do PIB em 2020, "devido ao maior impacto de medidas de combate à crise do coronavírus sobre as contas públicas", e de 0,8% para 2,2% do PIB em 2021, "devido a maiores gastos sociais, parcialmente compensados por aumentos de tributos".

Com a maior deterioração fiscal, a contração mais intensa da atividade econômica e os juros mais baixos, o banco passou a projetar o dólar em R\$ 5,75 em 2020 e R\$ 4,50 em 2021, ante 4,60 e 4,15, respectivamente.

A projeção de inflação feita pela instituição financeira caiu de 2,7% para 2,0% neste ano e de 3,3% para 3,0% em 2021, e a Selic, de 2,5% para 2,25%.

abbvie

Juntas inovamos para o amanhã. Causando um impacto notável na vida de pacientes hoje.

Allergan agora é parte da AbbVie

A AbbVie, biofarmacêutica dedicada à pesquisa e inovação e com atuação em Imunologia, Oncologia, Virologia, Especialidades e Neurociência, anuncia que concluiu a aquisição global da Allergan, líder mundial em Oftalmologia, Estética Médica, Neurologia e Gastroenterologia.

Juntas, mais do que nunca, estamos bem posicionadas para buscar terapias inovadoras para o futuro, ao mesmo tempo em que ajudamos as pessoas a viverem o seu melhor agora.

www.abbvie.com.br

Governo avalia desonerar empresas para retomada, indica secretário

BRASÍLIA | REUTERS O governo avalia desonerar empresas dentro de reforma tributária como medida para a retomada, indicou o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, nesta segunda (11).

Ao participar de live promovida pelo BTG Pactual, Costa apontou que há muita gente ponderando que o governo precisa reduzir impostos no segundo semestre porque as empresas vão estar em grande dificuldade e com a conta do diferimento tributário a arcar. "A gente sabe disso. Imposto no Brasil já é algo excessi-

vo. A gente não imagina que mesmo em situações normais as empresas sejam capazes de pagar o imposto que elas têm que pagar e, além disso, o imposto que elas não pagaram no primeiro semestre", disse.

"Só que, em invés de a gente fazer um outro programa temporário, que tal a gente pensar em já desonerar [as empresas] no escopo de uma reforma tributária? Quem sabe até no segundo semestre? A análise agora é: eu vou continuar com políticas temporárias por mais alguns meses ou será que eu já vou iniciar essa transição para um Brasil com menos ônus sobre produção?"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sempre defendeu a redução dos encargos sobre a folha de pagamento das empresas como maneira de incentivar a geração de empregos.

Inicialmente, sua equipe trabalhava com a ideia de substituir essa base de arrecadação pela implementação de um imposto sobre transações nos moldes da extinta CPME, projeto que acabou engavetado diante da oposição do presidente Jair Bolsonaro.

Costa não mencionou nesta segunda-feira como as empresas poderiam ser desoneradas.

TCU aponta falhas do BB em privatizações

Os ministros da Corte apontaram uma série de problemas

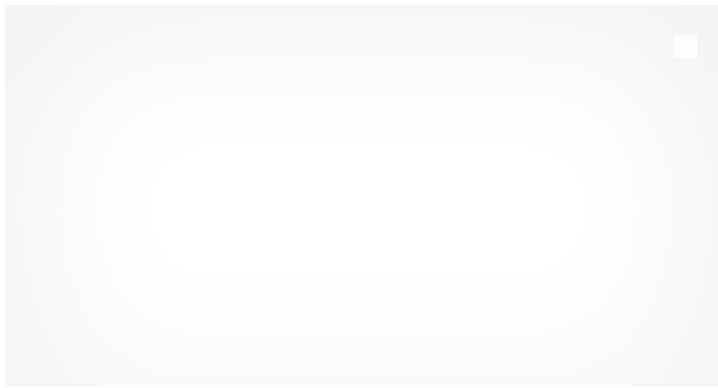
Por **Fabio Graner e Murillo Camarotto** — De Brasília

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Tribunal de Contas da União (TCU) está contestando os procedimentos adotados pelo Banco do Brasil (BB) nos processos de privatização de subsidiárias. Os ministros da Corte apontaram uma série de problemas, entre eles a ausência de definição dos critérios claros de seleção do interessado no ativo e avaliação das propostas, de detalhes da escolha do assessor financeiro, a falta de publicidade dos dados do contrato como regra ou justificativa para o sigilo da contratação, entre outros. E determinaram que a instituição e os ministérios da Economia e Casa Civil sejam ouvidos sobre o tema.

O relator, ministro Bruno Dantas, em seu voto, levantou várias impropriedades na forma como o banco tem conduzido os processos. Houve uma inspeção na instituição em 2019 para o levantamento de informações sobre as ações de desinvestimento da instituição estatal.

Uma das principais críticas está na forma de seleção do eventual comprador da subsidiária e os critérios de escolha. “A sistemática do Banco do Brasil falha ao não detalhar o rito de seleção do interessado na alienação do ativo, além de não deixar claro os critérios de seleção... Além disso, não obstante existir margem para escolha da modalidade de alienação do ativo, deverá ser devidamente justificada eventual impossibilidade de realização de procedimento competitivo”, disse Dantas.



O texto aponta que o BB não cumpriu nem mesmo as próprias determinações, que constam de uma instrução normativa de abril 2019. “Insta destacar que não foi identificado, durante a inspeção em 2019, nenhum projeto então realizado nos moldes estabelecidos pela IN 941”, informou o relatório, ressaltando pontos como a necessidade de decisão colegiada.

A IN em si também foi criticada no relatório, principalmente por não fazer distinção entre os ritos a serem seguidos em operações de venda ou compra de ativos, parcerias ou fusões. Isso pode acabar levando à falta de ações para conter os riscos de diferentes negócios.

“Fato é que a condensação dos normativos de venda de ativos e de parcerias estratégicas, sob as mesmíssimas regras, pode tanto ignorar medidas mitigadoras para riscos típicos de cada operação (de venda ou de parceria), como, em inverso, tornar o processo mais ineficiente...”, diz. “Trata-se de falha grave. Uma norma regulamentadora deve ser baseada em riscos... a mescla genérica de uma ritualística para ambas não tem o condão de perfazer um compliance adequado nem para uma nem para outra sistemática.”

Outra crítica é à sistemática de avaliação de riscos. “Não há evidências da identificação, análise e avaliação de riscos, na seleção e implementação de respostas aos riscos avaliados, no monitoramento de riscos e controles, e na comunicação sobre riscos”, diz. “Verifica-se potencial falha da alta direção do BB - inclusive em sua alçada de Conselho de Administração - no adequado gerenciamento decisório relacionado aos riscos das participações societárias (por negócios estratégicos e materialmente relevantes), notadamente no que se refere à alienação desses ativos.”

Dantas ressalta que o BB pode fazer vendas de ativos sem ter que passar pelo Congresso, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas precisar realizar processos competitivos ao efetuar os desinvestimentos. “Nada obstante, a processualística de venda deve se pautar pelos princípios norteadores da administração pública. Significa, grosso modo, que embora se reconheça a impraticabilidade da utilização dos estritos ritos licitatórios dispostos na Lei das Estatais, há de existir uma sistemática que mitigue os principais riscos advindos desse procedimento de venda”, ressaltou.

O relatório aponta ainda que a instituição não possui um programa formal de desinvestimentos de ativos. “Cada desinvestimento é tratado de forma isolada; ou seja, não compõem um portfólio ou carteira de projetos estrategicamente relacionados”, diz, explicando que isso demandaria a aprovação do Conselho de Administração do banco.

Segundo o texto, hoje o processo inicia-se em uma diretoria e só passa pelo crivo do comando do banco e do conselho na etapa de aprovação do aprofundamento dos estudos e premissas preliminares da operação. “Ou seja, até chegar a esse estágio, despendem-se recursos com aprofundamento dos estudos para submissão posterior ao órgão estatutário, que pode entender que a operação não deve prosseguir, devido ao não alinhamento estratégico ou outra razão relevante, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência”, diz Dantas.

Entre as operações de alienação de participações diretas e indiretas feitas em 2019 e outros negócios em andamento já divulgados pela instituição estão: IRB-Brasil Re, Neoenergia, Cibrasec, BB-BI, BBTur, Banco Patagônia e SBCE. Vale lembrar também que em 2020 outras operações estavam sendo preparadas, como a privatização da BBDTVM, por meio de parceria com algum investidor estrangeiro.

Procurado, o BB respondeu que o TCU realizou o acompanhamento dos desinvestimentos com o objetivo de avaliar a governança desses processos, sem se ater a uma operação específica. “O Banco do Brasil irá esclarecer os pontos levantados pelo TCU, dentro do prazo estipulado, e já mantém encontros de trabalho com técnicos do Tribunal para prestar informações e avaliar procedimentos”, disse a instituição em nota ao **Valor**.

O BB ressalta que suas operações são pautadas pelos princípios da boa governança e atendem aos critérios legais e dos órgãos reguladores e fiscalizadores. E que “aprimora permanentemente seus processos e procedimentos internos e entende que quaisquer sugestões são sempre bem-vindas” para o seu fortalecimento.

O ministro Bruno Dantas afirmou ao **Valor** que o objetivo principal da inspeção é identificar riscos e possibilidades de melhorias no processo de desinvestimentos. Ele vê como pouco provável uma eventual reversão de operações já concluídas. “O foco deste tipo de trabalho é a correção de rumos, por meio de determinações e recomendações ao banco para o aprimoramento da governança do processo de desinvestimento como um todo”, afirmou o ministro.

Segundo ele, a parte mais importante é avaliar a governança do plano de desinvestimento do BB, não se atendo, a princípio, a uma alienação específica. “Por tudo isso, considera-se razoavelmente mitigado o risco de que operações realizadas sejam revertidas”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Como Julia Roberts está hoje em dia não faz sentido

MORTGAGE AFTER LIFE

LINK PATROCINADO

O queridinho dos artistas!

SHOWDEOCULOS.COM

LINK PATROCINADO

Cupom de desconto nas melhores lojas do Brasil e do Mundo.

CUPOMZEIROS

LINK PATROCINADO

Crédito imobiliário da Caixa na pandemia supera R\$ 50 bi

Também afirmou que as filas vão diminuir no pagamento das próximas parcelas, já que houve aprendizado com o pagamento da primeira leva

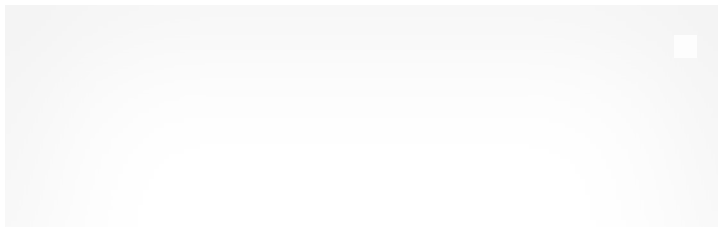
Por **Estevão Taiar** — De Brasília

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Mais de R\$ 50 bilhões dos R\$ 154 bilhões de crédito imobiliário colocados à disposição pela Caixa Econômica Federal durante a pandemia já foram contratados, afirmou ontem o presidente da instituição financeira, Pedro Guimarães. Além disso, a Caixa deve apresentar nos próximos dias novas medidas voltadas ao setor de construção civil.

“Entendemos que estamos apoiando a retomada do crescimento”, disse durante a reunião virtual da comissão mista do Congresso que acompanha as ações relacionadas à covid-19. “Teremos mais notícias positivas para a construção civil ao longo dos próximos dias”, afirmou.

Durante a pandemia, o banco manterá seu foco de atuação. Além do setor imobiliário, fazem parte desse foco, segundo o executivo: políticas públicas; infraestrutura; compra de carteira; e microcrédito. “A Caixa não vai dar crédito a empresas privadas grandes”, afirmou.



O banco também voltará a diminuir “em breve” os juros cobrados no cheque especial.

Em sua apresentação, Guimarães destacou que no início de sua gestão, no começo do ano passado, os juros mensais do cheque especial cobrados pelo banco estavam em aproximadamente 14% ao mês. Depois de uma série de reduções, o piso para a taxa mensal cobrada pela Caixa atingiu 2,9% no fim de março. Vale destacar que no início de 2020 entrou em vigor o teto mensal de 8% para a taxa de juros cobrada no cheque especial.

Além disso, entre 40 milhões e 45 milhões de pessoas que não tinham conta em bancos devem ser beneficiadas pela criação da conta digital da Caixa, na estimativa do presidente. A conta digital foi criada pela instituição financeira para realizar o auxílio emergencial de R\$ 600, criado durante a pandemia.

De acordo com Guimarães, já foram criadas aproximadamente 20 milhões de contas digitais, o que deixará um legado positivo para a bancarização no Brasil após a crise.

O presidente da Caixa foi questionado diversas vezes por deputados e senadores a respeito de dois temas: o calendário de pagamentos da segunda e terceira parcelas do auxílio emergencial e as filas formadas em agências para a realização do saque. Ele repetiu afirmações da semana passada, de que o cronograma depende do aval do Ministério da Cidadania e do presidente Jair Bolsonaro. Também afirmou que as filas vão diminuir no pagamento das próximas parcelas, já que houve aprendizado com o pagamento da primeira leva.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

Pedidos de seguro-desemprego crescem 22% em abril

Maior parte dos requerentes é homem e tem ensino médio completo

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

12/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os pedidos de seguro-desemprego aumentaram 1,3% de janeiro a abril deste ano, totalizando 2,337 milhões, informou ontem o Ministério da Economia. Em abril, foram 748,5 mil solicitações, alta de 22,1% em relação ao mesmo mês em 2019.

O governo considera positivo o fato de os pedidos não haverem disparado, na esteira das medidas de contenção da pandemia. Esse é o resultado considerado positivo da flexibilização de normas trabalhistas, com a possibilidade de suspender contratos ou reduzir proporcionalmente a jornada de trabalho e os salários, ambos com complementação de renda pelo governo. Até ontem, 6,6 milhões de trabalhadores haviam tido seus empregos preservados por esses mecanismos.

Até 250 mil pedidos de seguro-desemprego podem estar represados, devido ao fechamento de postos do Sine em razão das medidas de afastamento social. Neste ano, 39,3% dos requerimentos foram realizados pela internet, apontam dados do Ministério da Economia - o índice foi para 87% em abril.

“Como o trabalhador tem até 120 dias para requerer o seguro-desemprego, é possível estimar que até 250 mil pedidos ainda possam ser feitos nos meses seguintes por não terem sido realizados presencialmente nos meses de março e abril”, informou a pasta, em nota. Os postos do Sine são de administração de Estados e municípios.

Das pessoas que pediram o benefício em abril, 57% eram homens. No corte por idade, a parte mais expressiva dos benefícios foi solicitada por pessoas com 30 a 39 anos (33,1%). Por nível de escolaridade, 62,4% dos requerentes têm ensino médio completo. O setor de serviços liderou os pedidos de seguro-desemprego em abril, com 41,6% do total, ante 27,7% do comércio, 19,9% da indústria e 3,7% da agropecuária.

Os Estados que registraram o maior número de pedidos foram São Paulo (217.247), Minas Gerais (85.990) e Rio de Janeiro (58.945). Os que tiveram maior proporção de requerimentos via web foram Amazonas (98,9%), Acre (98,5%) e Rio de Janeiro (97,8%).

O Ministério da Economia fez uma notificação sobre a possibilidade de obtenção do seguro-desemprego por meio digital no último dia 27. A informação foi transmitida por meio da Carteira de Trabalho Digital. Com isso, foi registrado mais de 1,5 milhão de acessos, aumento de 350% na comparação com o dia anterior.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Glicose alta: Conheça 3 destruidores de açúcar

GC99

LINK PATROCINADO

Cansado de anuidade? Confira como ficar livre dela

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Quem quiser aprender tocar violão ou guitarra, já pode conhecer esse aparelho.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Cientista: novo composto auxilia nas rugas e marcas de expressão

SKINCAPS

Continental sugere revisão do Rota 2030

Para presidente da companhia, a pandemia alterou a agenda de inovação no setor

Por **Marli Olmos** — De São Paulo

12/05/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



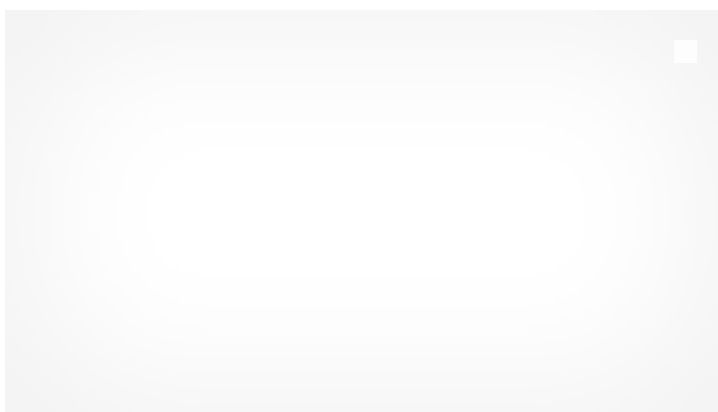
Sebbagh, presidente da Continental, diz que se houvesse no Brasil uma “visão única e coletiva” para conter a pandemia “não estaríamos na situação de hoje” — Foto: Nilani Goettems/Valor

Antes da pandemia, a indústria automotiva se preparava para dar alguns saltos em tecnologia no Brasil. Um dos mais adiantados é o sistema de controle eletrônico de estabilidade, que ajuda o motorista a não perder o domínio do veículo em curvas fechadas ou pisos escorregadios. O chamado ESC, na sigla em inglês, passou a ser obrigatório em novos modelos desde janeiro e deverá estar em todos os carros produzidos a partir de 2022. Embora inovação não esteja na pauta do dia no país que agoniza com o crescente número de mortes pela covid-19, fabricantes de componentes que se prepararam para atender aos avanços tecnológicos se perguntam como será o futuro da inovação veicular, já que praticamente todas as montadoras decidiram adiar investimentos em novos modelos.

Esse é o caso da Continental, uma das maiores fabricantes de autopeças do mundo e cuja especialidade é o desenvolvimento de itens de segurança e de conectividade. Há exatamente um ano, a companhia inaugurou em Várzea Paulista, no interior de São Paulo, uma linha de produção do ESC para atender ao que parecia ser um mercado com potencial de rápida expansão. Além disso, a empresa, também conhecida pela produção de pneus, imediatamente inscreveu-se no Rota 2030, um programa lançado pelo governo de Michel Temer, que oferece incentivos fiscais em troca de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

“A decisão das montadoras de adiar lançamentos trará impacto nos recursos de engenharia voltados a projetos nos quais já havíamos começado a trabalhar”, afirma o presidente da Continental na América do Sul, Frédéric Sebbagh.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

O executivo acredita que o Rota 2030 terá de ser revisto. O programa foi concebido para, ao longo de dez anos, oferecer avanços, principalmente, nas áreas de segurança veicular e de emissão de poluentes. A primeira etapa das inovações está

marcada para ocorrer até o fim de 2023. O cronograma pode, no entanto, ficar comprometido pela crise provocada pelo novo coronavírus. “Se não houver uma nova negociação as empresas terão que se desabilitar; caso contrário, terão de pagar multas, fixadas no Rota 2030, por não cumprir investimentos em pesquisa e desenvolvimento”, destaca o executivo.

Para Sebbagh, que nasceu na França, a pandemia provocará um adiamento global em termos de avanços tecnológicos em segurança e eficiência energética. Mas, diz, os países com indústria automobilística não sairão da crise na mesma velocidade. “Na China, a atividade voltou num ritmo equivalente a 80% a 90% do que era 75 dias depois da pandemia”, destaca.

Já no Brasil, diz, o setor será fortemente afetado pela desvalorização do real e pela interrupção da agenda de reformas. “Isso tornará o país menos competitivo”, afirma. Além disso, Sebbagh demonstra pessimismo em relação ao controle da pandemia no país. “Se o Brasil tivesse tido uma visão única e coletiva [nas orientações para conter a propagação do vírus] não estaríamos na situação de hoje”, afirma.

A Continental nasceu há um século e meio na Alemanha, um dos países mais bem-sucedidos no combate à covid-19. Sebbagh lembra que a oferta de leitos hospitalares na Alemanha é bem superior às médias da Europa.

Segundo ele, a matriz da companhia começou a acompanhar de perto a disseminação da doença antes de a Organização Mundial de Saúde decretar a pandemia. E logo que a situação se agravou foi criado um comitê de crise global. Na América do Sul, cada uma das 12 fábricas - nove só no Brasil - foi preparada de forma diferente.

Em Macaé (RJ) e Ponta Grossa (PR), onde a empresa produz mangueiras e correias transportadoras gigantes, destinadas aos setores petrolífero e de mineração, a adaptação das fábricas teve que ser feita rapidamente porque a demanda não parou. O mesmo aconteceu no Chile, onde a Continental também atende o setor de mineração.

Já as unidades voltadas ao setor automotivo, que pararam em torno de duas semanas, retornaram à atividade num ritmo bem mais lento. A América do Sul

responde por cerca de 3% do faturamento global da Continental, que em 2019 atingiu € 44,5 bilhões.

Sebbagh mantém-se atento ao que ocorre em todos os países que comanda na América do Sul e também na matriz, na Alemanha, e na França, onde seus pais estavam “inquietos” à espera dos primeiros passos do país para sair do isolamento ontem. Mas para o executivo, ficar trancado em casa não tem sido de todo ruim. O distanciamento social tem permitido que ele passe mais tempo com Davi, o filho de apenas cinco meses. “Ele traz alegria”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Quem quiser aprender tocar violão ou guitarra, já pode conhecer esse aparelho.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Essa mulher deu à luz sua primeira filha – mas depois sentiu algo estranho e o médico teve que agir rápido

MOMLIFE MATTERS

LINK PATROCINADO

Nutricionista revela como queimar gordura abdominal

RECEITAS MODERNAS

LINK PATROCINADO

Garçonete era repreendida diariamente por cliente, mas ele a incluiu em sua herança

TRENDSATCHERS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Presidente reitera promessa de veto a reajuste de servidor

Bolsonaro disse que servidores públicos têm sido poupados dos efeitos da crise

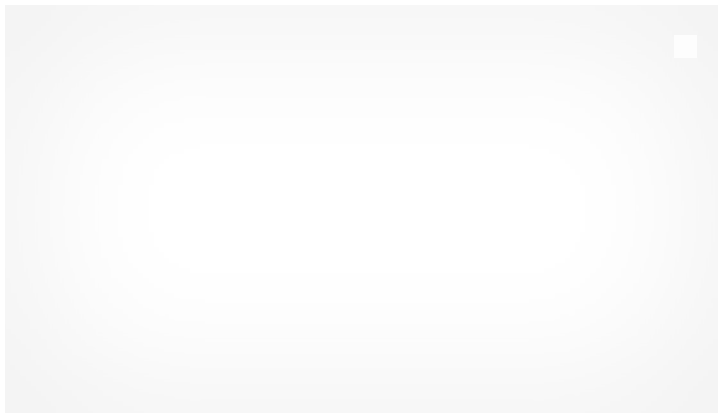
Por **Marcelo Ribeiro** — De Brasília

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que atenderá o pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes, e vetará o trecho que flexibiliza o congelamento de salários para algumas categorias dos servidores públicos no projeto de socorro a Estados e municípios. Ele sinalizou que deve sancionar o texto até amanhã.

“Conversei com Paulo Guedes de manhã, a Economia está trabalhando na questão dos vetos. Vamos atender 100% o Paulo Guedes. Tivemos alguns pedidos que não foram aceitos. Teve pedido de tempo. Daria para sancionar ou vetar hoje se fosse necessário. Houve o pedido por parte de alguns governadores para passar para quarta-feira a sanção ou o veto. A princípio, nós vamos, talvez, quarta-feira decidir”, disse Bolsonaro, em frente ao Palácio da Alvorada. “Quando se veta uma coisa, se mexe em muita coisa. Essa é a dificuldade de se fazer um veto mais racional”.

O presidente disse que, em função da crise, todos perderam o poder aquisitivo, com exceção dos servidores públicos. “O servidor público, grande maioria é consciente, sabe que se a economia não recuperar, não vai ter dinheiro para pagá-los. Não adianta ter um contracheque bonito, com número vultuosos, bônus, e vai no banco e não tem dinheiro”. Bolsonaro afirmou que um dos fatores que determinou o adiamento da decisão sobre o veto foi um impasse sobre novos alunos da academia da Polícia Federal.



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit [who.int](https://www.who.int)

De acordo com ele, o ex-ministro Sergio Moro teria decidido que o curso começasse apenas após a pandemia do coronavírus. Com o eventual congelamento até dezembro de 2021, esses alunos só poderiam começar a cursar a partir de 2022, disse. “Seria uma injustiça deixar esse pessoal do lado de fora, esses 500 novos policiais federais. Não tem nada de despesa a mais. Reajuste não está previsto para ninguém. É para que eles possam cursar. Era para ter começado já esse curso. Atrasou porque ministro anterior quis que o novo curso esperasse a pandemia. Nesse esperar, apareceu esse projeto. Se a gente sancionar agora, esse jovens alunos poderão ter que adiar para 2022 o início do curso. Por isso, não resolvemos a questão do veto ou não veto hoje. Acho que até quarta-feira dá acertar tudo”. Bolsonaro disse que assinou nesta segunda-feira decreto revogando mais de 300 decretos. De acordo com ele, a iniciativa ajudará a vida de quem quer empreender.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Quem quiser aprender tocar violão ou guitarra, já pode conhecer esse aparelho.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Essa mulher deu à luz sua primeira filha – mas depois sentiu algo estranho e o médico teve que agir rápido

Unigel vai reativar fábricas da Petrobras no NE até o fim do ano

Unidades de fertilizantes nitrogenados foram desativadas após perdas consecutivas

Por **Stella Fontes** — De São Paulo

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Roberto Noronha, presidente: Projeto é considerado prioridade e fornecimento de gás natural está em negociação com a estatal e outras empresas — Foto: Divulgação

Maior produtora de acrílicos e estirênicos da América Latina, a Unigel está trabalhando para retomar, até o fim deste ano, a operação das fábricas de fertilizantes da Petrobras na Bahia e em Sergipe, arrendadas por R\$ 177 milhões. Ao mesmo tempo em que manteve os planos para as unidades, a petroquímica do empresário Henri Slezynger postergou outros projetos e fez ajustes na operação fabril por causa da crise desencadeada pela pandemia de covid-19.

O contrato de arrendamento de dez anos, firmado em novembro entre a Proquigel, que integra o grupo Unigel, e a Petrobras, poderá ser renovado por outros dez anos e abrange ainda os terminais marítimos de amônia e ureia no porto de Aratu, na Bahia. Neste momento, a companhia privada está empenhada em cumprir as pré-condições acertadas com a estatal. “Queremos reativar as unidades o mais rápido possível”, disse ao **Valor** o presidente da Unigel, Roberto Noronha.

Conforme o executivo, o avanço da covid-19 levou o grupo a revisar investimentos e paralisar determinados projetos. A reativação das fábricas de fertilizantes, porém, tem status prioritário. A Unigel está negociando com a própria Petrobras e com outros fornecedores o acesso ao gás natural que será usado como matéria-prima e mapeando os investimentos que serão necessários para retomar a operação nas unidades. Os desembolsos caberão à empresa. “A Petrobras tem sido muito parceira nesse processo”, comentou o executivo.

PUBLICIDADE



A estatal anunciou em 2018 que iria hibernar as duas fábricas, após dois anos de prejuízos consecutivos. Em 2017, a perda conjunta chegou a R\$ 800 milhões e a Petrobras decidiu que sairia completamente do negócio de fertilizantes - no início deste ano, anunciou o encerramento das atividades na unidade de Araucária (PR) e retomou o processo de venda da unidade de nitrogenados de Três Lagoas (MS).

A Unigel aposta na recuperação da rentabilidade das operações e no potencial de mercado, hoje atendido por importações. As duas unidades podem produzir pouco mais de 1 milhão de toneladas por ano de ureia, frente a importações anuais de cerca de 5 milhões de toneladas. Além disso, a perspectiva é a de que haja uma mudança estrutural no mercado de gás natural no país, com excedente de produção.

Sobre os projetos que foram suspensos com o avanço da pandemia, conta Noronha, a ambição é retomá-los à medida que haja recuperação econômica. Aos primeiros sinais de que a crise poderia ser grave, a petroquímica adotou uma série de medidas para reforçar sua posição de liquidez, incluindo suspensão dos investimentos que não são essenciais, hibernação de determinadas linhas de produção e redução de custos. Para evitar demissões, lançou mão da Medida Provisória (MP) 936, sob a expectativa de que o cenário comece a melhorar a partir do fim de maio ou início de junho.

“Abril foi um mês especialmente crítico e há alguns sinais de retomada em maio, mas ainda não está claro até que ponto pode ser efeito de reposição de estoques”, afirmou Noronha. No negócio de resinas acrílicas, que atende sobretudo ao setor automotivo, a queda da demanda levou à redução de produção. A unidade de acrilonitrila em Camaçari (BA) também foi paralisada e a capacidade em estireno e poliestireno foi reduzida.

Por outro lado, observa o executivo, a demanda mais aquecida em setores específicos, como os de chapas acrílicas e descartáveis, trouxe oportunidades de negócio e levou à ampliação da carga em linhas produtivas. A linha de chapas acrílicas estava parada e voltou a operar diante da procura desses itens - como protetores em caixas de supermercado, por exemplo. “Estamos percebendo que alguns setores que haviam concedido férias coletivas estão começando a colocar a

programação de compras, o que pode indicar que a economia pode voltar lentamente”, afirmou.

No ano passado, a Unigel teve receita líquida de R\$ 3,3 bilhões e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R\$ 449 milhões, alta de 2%. Para reforçar o balanço, voltou ao mercado internacional, em setembro, e levantou US\$ 420 milhões por meio de bônus com vencimento em outubro de 2026. “Com isso reforçamos a nossa estrutura de capital, alongando de forma significativa o cronograma de amortização e migrando para um perfil de dívida com custo menor e totalmente no longo prazo, explicou.

Conforme Noronha, o plano de retomada das atividades da área administrativa, que há cerca de dois meses trabalha remotamente, já está desenhado, mas acompanhará o ritmo de relaxamento das medidas de isolamento social da cidade de São Paulo, onde fica o escritório central. “Estamos prontos para começar a voltar à normalidade de forma escalonada, o que pode ocorrer no fim do mês”, explicou. Para manter a operação industrial, a Unigel redobrou as medidas de segurança e proteção nas diferentes unidades.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Glicose alta: Conheça 3 destruidores de açúcar

GC99

LINK PATROCINADO

Cansado de anuidade? Confira como ficar livre dela

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Agricultores descobrem evidências pré-históricas em sua propriedade

BOBS HIDEOUT

LINK PATROCINADO

Cientista: novo composto auxilia nas rugas e marcas de expressão

Senado quer limitar juros do cheque especial e aumentar CSLL dos bancos

Existe irritação na Casa contra represamento do crédito

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



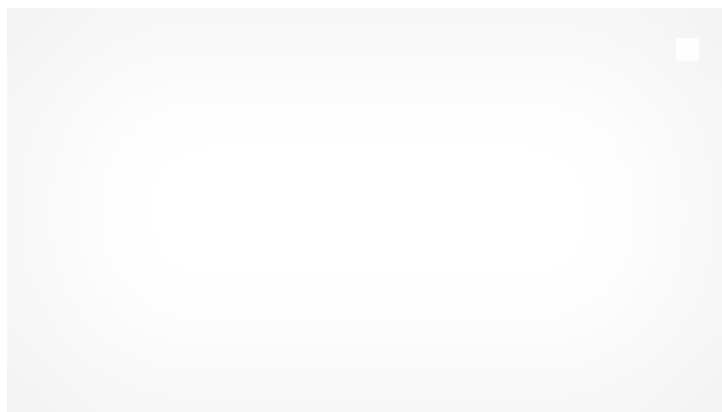
Alcolumbre: presidente do Senado levantou os projetos apresentados para cada tema e entregou a lista aos partidos — Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado

Os líderes do Senado acertaram ontem um calendário para votação de 14 projetos de lei com medidas de combate à crise causada pelo coronavírus que atingem os bancos. Entre elas, está a de limitar a taxa de juros do cartão de crédito e do cheque especial durante a pandemia, a suspensão do pagamento do crédito consignado e a elevação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro de 20% para 50%. Há uma irritação no Senado com o que consideram um represamento dos empréstimos durante a crise da covid-19.

Segundo o líder do PT no Senado, Rogério de Carvalho (SE), os temas dos projetos pautados foram todos consensuais e não tiveram oposição de nenhum partido nem do governo durante a reunião. “Está todo mundo de saco cheio do exagero dos bancos, da ganância deles neste momento. Há uma insatisfação generalizada”, disse. “O que os bancos têm feito neste momento é fora do normal. Estão cobrando até taxas de assinatura de pequenas empresas para empréstimos que têm fundo garantidor”, acusou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), levantou os projetos apresentados pelos senadores em cada tema e entregou a lista para os partidos, que ontem avalizaram as propostas e definiram o calendário. Relatores foram indicados para negociarem os termos exatos dos projetos que serão votados ao longo das próximas duas semanas.

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

O cronograma começa hoje com a votação de dois projetos já aprovados na Câmara para proibir que pessoas inadimplentes nesse período sejam inscritas em instituições de crédito, como Serasa e SPC, e suspender os pagamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A previsão é votar todas as propostas até dia 21,

quinta-feira, concluindo com a permissão para usar os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) contra a covid-19.

Alguns projetos foram tomados como base, mas a proposta que irá a voto ainda será negociada entre os partidos, governo e os setores. No caso do aumento da CSLL para instituições financeiras, seguradoras e capitalização, o projeto base é do senador Weverton Rocha (PDT-MA), que propõe elevar a alíquota de 20% para 50% e utilizar os recursos para combater o coronavírus. A votação está prevista para o dia 20.

Já a limitação dos juros do cartão de crédito e do cheque especial tem como base proposta do senador Álvaro Dias (Pode-PR) de restringi-los a 20% ao ano até junho de 2021. “Os bancos também devem dar sua contribuição nesse momento”, disse. O projeto deve ser votado na quinta-feira, segundo o calendário divulgado, mas o senador Lasier Martins (PSD-RS) só foi escolhido relator na tarde de ontem e, procurado pelo **Valor**, ainda não tinha opinião formada sobre o texto e nem tido tempo de começar a negocia-los com os senadores.

Outros projetos da lista são suspender os pagamentos do crédito consignado sobre a folha de salários e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a criação de títulos de crédito para instituições de ensino superior privadas, que serão lastreados nos contratos com os alunos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

4 irmãs tiram a mesma foto por 40 anos – tente não chorar na última

HAPPYREAD

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Queda do PIB de até 10% neste ano já entra no radar

Previsão de contração de 6% e 7% já é vista como conservadora por algumas instituições

Por **Ana Conceição** — De São Paulo

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Consultorias e instituições financeiras continuam a revisar as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, à medida que as medidas de isolamento social são estendidas em praças importantes como São Paulo e Rio e começam a sair os primeiros dados de atividade econômica já afetados pela pandemia.

Algumas delas já acreditam que projeções que apontam quedas como 6% e 7% são conservadoras e que é possível ver recuo de até dois dígitos no produto deste ano. A mediana das projeções do mercado, segundo o relatório semanal Focus, do Banco Central, aponta queda de 4,11%.

O banco J.P. Morgan cortou mais uma vez a estimativa do PIB brasileiro em 2020, agora para contração de 7%, de uma queda de 3,2% estimada antes. Para o segundo trimestre, a instituição prevê recuo de 51% na taxa anualizada do PIB comparado ao primeiro trimestre.

As previsões foram influenciadas pela retração em março de 9,1% na produção industrial, setor que deve ser menos afetado do que o de serviços, o recuo de 99% na produção de veículos em abril e o mergulho dos indicadores de confiança do setor privado no mês passado. Além disso, a falha dos governos em conter a pandemia deve manter a atividade deprimida por mais tempo que o esperado anteriormente.

“A covid-19 deve continuar a se espalhar pelo Brasil, o que deve aprofundar a recessão econômica, a despeito dos estímulos sem precedentes [dados pelo governo]”, disse o banco em relatório. Além disso, a combinação entre uma crise mais profunda no setor de saúde e as incertezas políticas devem afetar de forma significativa a capacidade de a economia do país se recuperar, continua o texto.

Apesar disso, o banco estima que o PIB brasileiro vá crescer 4,4% em 2021, de 2,4% estimados antes, por causa da base de comparação enfraquecida. Mas ao fim do próximo ano a atividade ainda continuará 3% abaixo da registrada em 2019. Ainda que a pandemia seja um evento temporário, alguns efeitos não vão desaparecer tão rapidamente quanto era esperado, diz o banco.

A consultoria A.C. Pastore & Associados avalia que o comportamento da curva de contágio pelo coronavírus no país e suas implicações tornaram obsoleta a projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), de queda de 5,3% para o PIB brasileiro neste ano. “Um intervalo entre 7% e 10% estaria mais próximo da realidade”, escrevem economistas da casa comandada pelo ex-presidente do Banco Central (BC) Affonso Celso Pastore. Quando o Fundo fez aquela estimativa, acreditava-se que a curva de contágio começasse a achatar no fim de abril, o que não ocorreu até agora. “É bom começarmos a pensar em quedas do PIB bem maiores e, para não sermos acusados de alarmistas, vamos ficar com uma projeção conservadora, de uma queda de 7% em 2020.”

O Banco Fibra, que estima contração de 6%, diz ver nítidos sinais de que o tombo deve ser maior porque, ao que tudo indica, o isolamento social deverá ser estendido por pelo menos até o fim de junho. A instituição cita a forte queda da produção industrial de março e indicadores muito ruins já divulgados de abril, como o fluxo de veículos pesados nas estradas (-19,2%), produção de automóveis (-99%), produção de energia elétrica (-10%) e o nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) da indústria, que recuou 23,9 pontos.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem um cenário-base em que o PIB cai 4,2% em 2020, mas avalia que se as medidas para manter a renda das famílias e impedir uma falência generalizada das empresas não forem suficientes, o produto recuará 7,3%.

Atrás da curva, o Itaú revisou sua estimativa para o PIB de queda de 2,5% para recuo de 4,5%. A revisão se deve a um crescimento global mais baixo que o esperado, à propagação ainda intensa e persistente do coronavírus no país e à expectativa de deterioração do cenário fiscal. Já previsão para o produto de 2021 saiu de crescimento de 4,7% para 3,5%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Especialista afirma: Óleo em gotas que recupera suas articulações de uma vez por todas.

EXTRATO VMD³

LINK PATROCINADO

Cansado de anuidade? Confira como ficar livre dela

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Agricultores descobrem evidências pré-históricas em sua propriedade

BOBS HIDEOUT

LINK PATROCINADO

Cientista: novo composto auxilia nas rugas e marcas de expressão

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Quem quiser aprender tocar violão ou guitarra, já pode conhecer esse aparelho.

GUITAR ACORDES

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Avião da Embraer é abatido por engano na Somália; seis ocupantes morrem

VALOR INVESTE

Gol: Setor aéreo terá recuperação rápida quando pandemia for controlada, diz presidente

ICMS cai 19% em abril e SP prevê perda maior para maio e junho

Quarentena no Estado foi estendida até o fim deste mês

Por Folhapress — De São Paulo

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo de São Paulo arrecadou pouco mais de R\$ 11 bilhões de ICMS em abril, resultado 19% (ou R\$ 2,6 bilhões) inferior ao esperado com base no mesmo período do ano anterior (que é o que constava na previsão orçamentária).

“Se projetarmos à frente, estamos vendo até uma queda maior em junho e maio, uma queda substancial da arrecadação”, afirmou o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles.

Segundo ele, menos de um terço da queda registrada no PIB estadual é causado pela quarentena e que ela aconteceria normalmente, mesmo sem as restrições, por impacto da pandemia.

O governo, no entanto, não explicou como foi feito o cálculo para afirmar que apenas 27% da perda no PIB foi causada pelas medidas de isolamento nem qual é o total do prejuízo até o momento.

O secretário afirmou ainda que estão sendo feitos estudos mais precisos sobre este tema.

“O inimigo da economia não é a quarentena, é o vírus, o coronavírus, a pandemia que é inimiga da economia, não a quarentena”, reforçou o governador João Doria

(PSDB).

Segundo a secretária do Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen, cálculos da queda envolvem os setores de cadeia de abastecimento (desde a produção até a distribuição), alimentação (por delivery), comunicação social e produção de conteúdo, construção civil, hotéis, manutenção e oficinas, petróleo e gás, agropecuária, indústria, saúde, segurança privada, serviços domésticos, energia e transporte e logística.

“A indústria da construção continua trabalhando, tanto na área pública como na privada. Na pública, temos quase 40 mil unidades em construção dentro da estrutura da Secretaria de Habitação e da CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado], até porque muitas pessoas esperam pela realização do sonho da casa própria”, afirmou o secretário de habitação, Flavio Amary.

O início da abertura econômica estava previsto para ontem, mas teve que ser adiado, uma vez que o Estado não alcançou os índices mínimos para possibilitar a transição.

Em seu lugar, Doria anunciou a extensão da quarentena até o dia 31 de maio. “As medidas que foram divulgadas e apresentadas nessa nova quarentena, que vai até 31 de maio, preservam 74% da economia de São Paulo. Aliás, são os mesmos 74% das duas quarentenas anteriores”, afirmou.

Para que São Paulo consiga afrouxar as medidas restritivas, é preciso pelo menos um índice de 55% na taxa de isolamento, um número sustentado de novos casos (isto é, sem crescimento do índice) por 14 dias e uma taxa de ocupação dos leitos de UTI inferior a 60% - ela é de quase 90% na Grande São Paulo e de pouco mais de 68% em todo o Estado.

Doria disse que um trancamento das atividades, o chamado “lockdown” (que implica restrições ainda maiores no deslocamento e nas atividades autorizadas para seguir funcionando), não está no horizonte próximo, mas não descartou a medida, caso seja necessária.

Anúncios de investimentos despencam devido à pandemia

Com a crise, caíram o número de projetos e o valor a ser investido

Por Ana Conceição — De São Paulo

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Futuro nebuloso

Indicador de Incerteza da Economia - em pontos



Fonte:

Os anúncios de projetos de investimento no Brasil caíram de forma expressiva entre março e abril por causa da pandemia da covid-19, um sinal do impacto que a incerteza extrema tem sobre os negócios. Segundo dados compilados na imprensa pelo Bradesco, entre anúncios do setor público e privado a quantidade oscilava em

torno de cem desde julho do ano passado. Em março, recuou para 75 e, em abril, para 30.

A queda foi tão expressiva que o boletim que informa esses dados passou de semanal a quinzenal, e com outra diferença importante: boa parte dos anúncios agora refere-se a investimentos do setor público na área de saúde, para iniciativas como construção de hospitais de campanha, compra de respiradores e outros equipamentos para unidades de terapia intensiva (UTIs).

Isso pode ser observado nos boletins a partir de 19 de março, quando foram compilados anúncios de reforma e requalificação de hospital em Pernambuco, compra de equipamentos de custeio de leitos para internação na Paraíba, e a construção de dois hospitais de campanha em Santo André (SP). Houve também alguns projetos privados na área.

“A mudança de perspectiva econômica gerada pelas medidas de distanciamento social deve levar à postergação de investimentos. O grau de incerteza é bastante elevado neste momento, no Brasil e no mundo”, afirma Priscila Trigo, economista do Bradesco. Ela observa que os anúncios se concentraram em setores específicos de combate ao coronavírus.

Em janeiro, quando houve 99 projetos de investimento anunciados, apenas quatro eram da área de saúde. Em fevereiro, de 104 projetos, apenas cinco referiam-se a investimentos na área. Em março, já com o coronavírus instalado no país e com as primeiras mortes por covid-19, o número de projetos ligados à saúde subiu a 20, quase um terço do total de 75 e, em abril, 12 dos 30 projetos anunciados foram no setor.

Os anúncios, que antes somavam pelo menos R\$ 5 bilhões por semana, passaram a ser de algumas centenas de milhões de reais, ainda assim relativos a compras relacionadas à pandemia. A retração das empresas pode ser explicada pelo altíssimo grau de incerteza causado pela pandemia, cujos efeitos ainda estão sendo contabilizados. Tem sido difícil saber qual a magnitude do estrago econômico provocado e até mesmo quando a disseminação do vírus dará trégua.

Não à toa, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE), da Fundação Getulio Vargas (FGV) atingiu recorde em março e renovou a máxima em abril. Nesse bimestre, o índice quase dobrou, saindo de 115,1 para 210,5, algo inédito. “A incerteza muito alta deve perdurar mesmo após o desfecho da pandemia porque não se sabe como será a recuperação e quanto tempo levará para a atividade econômica voltar ao ritmo de antes”, afirma Anna Carolina Gouveia, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Se a explosão da incerteza em março foi mais relacionada às notícias sobre o impacto da pandemia no mundo, com o cenário devastador na Itália, por exemplo, em abril a alta foi basicamente motivada pelo cenário doméstico, com as estimativas de queda do Produto Interno Bruto (PIB) cada vez mais pessimistas e a avaliação quase geral de que a retomada em 2021 será difícil.

O impacto da pandemia, afirma Anna, é sem precedentes, na renda das famílias e na saúde financeira das empresas. “Esse nível de incerteza inviabiliza qualquer investimento, algo que precisa de previsibilidade”.

Anna faz um paralelo entre o indicador de incerteza e a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida no PIB do que se investe em máquinas, equipamentos, construção, pesquisa e desenvolvimento) no país. Desde 2015, o indicador se mantém acima de 110 pontos, nível considerado alto, e desde lá os investimentos não reagiram. Desde que alcançou seu pico, em 2013, a FBCF caiu quase 30%.

Esse recuo pode se aprofundar ainda mais. Na semana passada, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informou que a formação bruta de capital fixo teve o pior março em 25 anos ao diminuir 8,9%, na comparação com fevereiro, feito o ajuste sazonal. Houve retração na oferta, com interrupção da produção e falta de insumos provocada pela pandemia, mas também de demanda, com a parada da economia. O setor de construção, que vinha numa recuperação frágil, registrou perda recorde para o mês de março ao cair 6,7%. Abril pode ser pior.

Segundo Priscila Trigo, os dados tanto do primeiro quanto do segundo trimestre devem mostrar contração da FBCF. “Esperamos uma retomada no segundo semestre, mas essa expectativa é condicional à reabertura da economia e à redução do grau de incerteza por parte dos agentes”, diz ela. Mas haverá capacidade ociosa

logo após a retomada das atividades, o que pode conter o ímpeto de investir. Já para o avanço dos investimentos em infraestrutura, há necessidade de avançar na agenda de concessões, observa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Entre 9 a 10 pessoas conseguem reduzir o açúcar no sangue usando este óleo dourado
DBT PRO

LINK PATROCINADO

Esse tênis é apropriado para caminhadas e exercícios.
DONABELLE

LINK PATROCINADO

Garçonete da loja de waffle não sabia que estava sendo gravada enquanto atendia este cliente
BOB'S HIDEOUT

LINK PATROCINADO

Seria o fim das dores articulares? Método natural chega em Salvador
FLEXCAPS

LINK PATROCINADO

Não chame o chaveiro! Veja como retirar uma chave que quebrou dentro de um cadeado
CONSELHOS E TRUQUES

LINK PATROCINADO

Afiador de facas elétrico 50% de desconto e frete grátis. Compre agora.
MALUI CENTER

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Mercado Livre acelera vendas e entra no setor de supermercados

VALOR INVESTE

Gol: Setor aéreo terá recuperação rápida quando pandemia for controlada, diz presidente

VALOR INVESTE

Auxílio emergencial pode ser mantido, diz Da Costa

Benefício pode continuar depois da pandemia, diz secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

Por Lu Aiko Otta, Marcelo Ribeiro, Fabio Murakawa e Raphael Di Cunto — De Brasília

12/05/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Carlos Da Costa: “Talvez alguns programas tenham vindo para ficar” — Foto: Washington Costa/Ministério da Economia

O auxílio emergencial poderá ser mantido mesmo após passada a pandemia, disse ontem o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, ao **Valor**. “Talvez alguns programas tenham vindo para ficar.” A decisão, porém, depende do Ministério da Cidadania, informou. Para tornar o benefício permanente, outros fatores precisarão ser levados em conta, sendo que o principal deles é o equilíbrio fiscal.

“Nós imaginamos algo temporário porque, para pensar em algo definitivo, nós precisamos de muito mais estudos, precisamos de um formato que não necessariamente é igual àquele que foi implementado”, ressaltou o secretário.

Fontes do Palácio do Planalto asseguram que o assunto precisaria passar antes pela Casa Civil e nenhuma decisão sobre o tema seria tomada pelo presidente Jair Bolsonaro sem a concordância do ministro da Economia, Paulo Guedes.

A afirmação do secretário vem num momento em que começam a surgir, no Congresso, propostas no sentido de prorrogar ou mesmo tornar permanente o auxílio emergencial, apesar de seu elevado custo fiscal. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já afirmou que a crise será mais longa do que o previsto e que os três meses do auxílio emergencial devem ser insuficientes. Ele, porém, não pretende propor a perenização do benefício.

O governo, disse Da Costa, já foi avisado que as empresas terão dificuldade em retomar os recolhimentos regulares de impostos e, além do mais, pagar os valores cujos vencimentos foram adiados. Já há pressões do empresariado para o governo criar um novo Refis. “Ao invés um novo programa temporário, que tal a gente

pensar em já desonerar num escopo de uma reforma tributária, quem sabe até no segundo semestre?”

A crise, disse ele, pode ser uma oportunidade para acelerar as mudanças que já estavam na agenda. “A análise agora é: eu vou continuar com políticas temporárias por mais alguns meses ou já vou iniciar a transição para um Brasil com menos ônus sob a produção, com menos dificuldade de fazer negócio e assim nem precise mais de grande parte dessas medidas?”, questionou. “Essa é a discussão que estamos tendo neste momento, que Brasil novo queremos para o segundo semestre.” Se a agenda avançar, os programas de socorro deixarão gradualmente de ser necessários. “As medidas para a crise vão naturalmente sendo substituídas por medidas de retomada.”

Segundo o secretário, não há contradição entre o auxílio emergencial e a agenda liberal do governo. “O benefício emergencial veio na linha do que a gente chama de imposto de renda negativo, aquilo que Milton Friedman propôs, em uma agenda extremamente liberal.”

O principal limite para as discussões é a restrição fiscal. A manutenção do teto de gastos e o cumprimento da meta fiscal, além da observação da regra de ouro, seguem como balizadores das decisões da equipe de Paulo Guedes.

Ontem, no entanto, o governo também precisou dar outra explicação sobre o auxílio emergencial. O Ministério da Defesa informou que foi identificada, com o apoio do Ministério da Cidadania, a possibilidade de recebimento indevido do auxílio emergencial de enfrentamento aos efeitos da pandemia de covid-19 por integrantes da folha de pagamento da pasta.

“A referida folha de pagamentos é composta por militares da ativa, da reserva, reformados, pensionistas e anistiados”, disse o Ministério da Defesa por meio de nota, sem detalhar o número de beneficiários ou valores. “Já estão sendo adotadas todas as medidas necessárias à rigorosa apuração do ocorrido, visando identificar se houve valores recebidos indevidamente, de modo a permitir a restituição ao erário e as demais considerações de ordem administrativo-disciplinar, como necessário.”

A Caixa Econômica Federal disse por meio de nota que “realiza o pagamento do auxílio emergencial após o recebimento de dados avaliados pela Dataprev e homologados pelo Ministério da Cidadania”. Já o Ministério da Economia informou que o assunto é de responsabilidade da pasta da Cidadania, que ainda não se manifestou. A Caixa disse que também é de competência do Ministério da Cidadania o eventual processo de devolução de recursos. Mas a Defesa vai se envolver nesse processo, segundo uma fonte. **(Colaboraram Fabio Graner e Estevão Taiar)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Não coma mais um grama de cúrcuma antes de ler este artigo.

FITO CÚRCUMA

LINK PATROCINADO

Glicose alta: Conheça 3 destruidores de açúcar

GC99

LINK PATROCINADO

Agricultores descobrem evidências pré-históricas em sua propriedade

BOBS HIDEOUT

LINK PATROCINADO

Quem quiser aprender tocar violão ou guitarra, já pode conhecer esse aparelho.

GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Nutricionista revela como queimar gordura abdominal

RECEITAS MODERNAS

LINK PATROCINADO

Garçonete era repreendida diariamente por cliente, mas ele a incluiu em sua herança

TRENDSATCHERS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Chance de impeachment de Bolsonaro é de 25%, afirma Eurasia

Arrecadação de ICMS em SP recua 19% por pandemia

Queda na principal fonte de receita estadual reflete retração na atividade em abril. Perda até junho deve ser de R\$ 9,7 bilhões

O Globo · 12 maio 2020 · SERGIO ROXO sergio.roxo@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

O governo de São Paulo viu sua principal fonte de arrecadação sofrer um tombo por conta da pandemia do novo coronavírus. De acordo com dados divulgados ontem, o dinheiro recolhido com a cobrança de ICMS em abril ficou 19% abaixo do registrado no mesmo período de 2019. — O inimigo da economia não é a quarentena. É o vírus, é a pandemia — afirmou o governador João Doria (PSDB), ao lado do secretário de Fazenda e Planejamento do estado, o ex-ministro Henrique Meirelles.

O governador tucano já tinha dito que, por causa da pandemia, o ritmo de atividade econômica sofreria uma retração, o que resultaria numa frustração nos valores estimados para a arrecadação do imposto estadual.

Pelas contas do governo paulista, o volume de dinheiro recolhido por meio da cobrança do ICMS entre abril e junho deste ano ficaria R\$ 9,7 bilhões abaixo do estimado inicialmente.

REDUÇÃO ACENTUADA

Meirelles afirmou que 74% das empresas instaladas no estado não possuem nenhuma restrição para as suas atividades, por isso a queda na arrecadação do ICMS está diretamente relacionada ao menor ritmo da economia como um todo.

— Os efeitos dos setores que não possuem nenhuma restrição são sistêmicos, com 73% da perda do PIB relacionado apenas à pandemia. Portanto, 27% do PIB são afetados pela quarentena, mas avaliações mostram que mesmo que não tivesse a quarentena, esses setores seriam impactados pela pandemia — afirmou.

Durante a apresentação dos dados, o governador João Doria fez questão de frisar que a construção civil, que foi definida como atividade essencial na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro, nunca deixou de operar em São Paulo.

— Quero deixar claro que não deixamos e não deixaremos de ser atentos a medidas econômicas. Mas a ordem prioritária é salvar vidas, dar proteção aos mais pobres e, na sequência, vem a economia — afirmou Doria.

De acordo com os cálculos da Secretaria de Fazenda paulista, o impacto na arrecadação do ICMS será mais acentuado em maio e junho.

A queda projetada para o segundo trimestre do ano, entre abril e junho, equivale a cerca de 25% do dinheiro que deveria ser recolhido no período sem a pandemia.

O governo Doria estimava arrecadar R\$ 150 bilhões com o ICMS em 2020.

‘Vamos atender 100% o Guedes’, diz Bolsonaro sobre veto a aumentos

Presidente afirma que sancionará amanhã socorro aos estados e deve negar permissão para reajustes salariais de servidores

O Globo · 12 maio 2020 · MANOEL VENTURA E MARCELO RIBEIRO* economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que atenderá ao pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes, e vetará o trecho que flexibiliza o congelamento de salários para algumas categorias dos servidores públicos no projeto de socorro a estados e municípios. Sem o veto, a economia com a suspensão de reajustes seria reduzida em R\$ 87 bilhões.



— Conversei com Paulo Guedes, a Economia está trabalhando na questão dos vetos. Vamos atender 100% o Paulo Guedes — disse o presidente ontem, na entrada do Palácio da Alvorada. A sanção do projeto de lei que estabelece o socorro federal para governadores e prefeitos deve ser feita pelo presidente amanhã.

— Quando se veta uma coisa, se mexe em muita coisa. Essa é a dificuldade de se fazer um veto mais racional — afirmou Bolsonaro.

Ele lembrou que, em função da crise, todos perderam poder aquisitivo, com exceção dos servidores públicos:

— O servidor público, a grande maioria é consciente, sabe que, se a economia não recuperar, não vai ter dinheiro para pagá-los. Não adianta ter contracheque bonito, com número vultuoso, bônus, e vai no banco e não tem dinheiro.

Inicialmente, o projeto de socorro aos estados previa que áreas que atuam diretamente no combate à pandemia ficariam fora do congelamento. Conforme o texto tramitou no Congresso, porém, mais e mais profissões foram incluídas na lista de exceções, como as da área de segurança e de educação.

Para uma fonte da área econômica, o fato de o projeto agrupar todas as categorias para as quais são permitidos os aumentos facilitou o veto do presidente.

O projeto aprovado no Congresso,

com aval inicial do próprio presidente, autoriza aumento para funcionários da saúde, da segurança e professores, entre outros. Todos foram agrupados em um só parágrafo do projeto de lei. Ao vetar, Bolsonaro o cortará o reajuste para todas as categorias, o que evitará, segundo assessores, um desgaste do presidente com profissões específicas.

CURSO DA POLÍCIA FEDERAL

Assessores de Guedes destacam que estão permitidas as contratações e os pagamentos de indenizações e gratificações, inclusive horas extras e adicionais de natureza temporária, para os servidores que estão atuando no combate à pandemia.

O presidente explicou que um dos fatores que forçaram o adiamento da decisão sobre o veto, que seria anunciado ontem, foi o impasse sobre o que aconteceria com novos alunos da academia da Polícia Federal (PF). De acordo com Bolsonaro, o ex-ministro da Justiça Sergio Moro decidiu que o curso começaria apenas após a pandemia. Mas o projeto de ajuda aos estados também congela contratações. Com isso, os alunos só poderiam começar a fazer o curso da PF a partir de 2022.

Questões técnicas atrasaram a sanção presidencial, segundo fontes a par do assunto. Ainda seria necessário ajustar notas técnicas por parte da pasta de Guedes.

Guedes também pediu a Bolsonaro para vetar a suspensão do pagamento de dívidas com o INSS que venceriam até dezembro. A medida representaria um alívio de R\$ 5,6 bilhões às prefeituras. *Do Valor

Freio da Petrobras ameaça até 45 mil empregos

Corte de gastos da estatal para enfrentar a crise do coronavírus coloca em risco a operação de 300 fornecedores, com a revisão de R\$ 6 bilhões em contratos. Impacto é maior para a economia do Rio, onde o setor de óleo e gás corresponde a 30% do PIB

O Globo · 12 maio 2020 · RAMONA ORDOÑEZ E BRUNO ROSA economia@oglobo.com.br

Os cortes nos gastos que a Petrobras vem fazendo para preservar sua saúde financeira diante da crise gerada pelo coronavírus — que derrubou a demanda por combustíveis e os preços internacionais do petróleo — atingem contratos com grandes fornecedores, mas também ameaçam pequenas e médias empresas da cadeia de óleo e gás. Com o freio na produção de petróleo e combustíveis, cerca de 300 prestadoras de serviços de manutenção temem não conseguir manter 45 mil empregos ligados a contratos com a estatal que somam R\$ 6 bilhões, de acordo com dados da consultoria BrainMarket. Isso porque a estatal já sinalizou que pretende rever os contratos.



Se forem levados em conta trabalhadores que atuam em projetos novos, como as obras do Comperj, em Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio, o total de empregos ameaçados com a retração das atividades da Petrobras chega a 50 mil. A Petrobras já reduziu a produção de petróleo em 200 mil barris por dia, paralisou plataformas e campos terrestres, adiou investimentos e reduziu a menos de 60% a operação de refinarias em todo o país.

O cenário é preocupante principalmente para a economia do Estado do Rio, maior produtor de petróleo do país. O setor responde por cerca de 30% do PIB fluminense, de acordo com da-

dos da Federação das Indústrias do Rio (Firjan).

— Até o momento a Petrobras apenas formalizou para cada contratada que a pandemia é um caso fortuito de força maior, e que estes impactos financeiros deverão ser suportados por cada uma das partes. As empresas não sabem o que fazer. Corremos o risco iminente de uma demissão em massa — diz Eduardo Aragon, diretor da BrainMarket, que descreve um clima de insegurança entre as pequenas e médias empresas do setor. — Nenhum órgão público sinalizou com alguma ajuda ao setor, que está buscando diálogo com a Petrobras. As demissões já começaram. Cada empresa está demitindo naqueles contratos que acha que não vão ser renovados. Essa insegurança é o que mata os empresários.

AÇÃO REDUZIDA NO COMPERJ

Karine Fragoso, gerente de Petróleo e Gás da Firjan, acredita que, coma pandemia, todas as petroleiras vão tirar o pé do acelerador, não só a Petrobras. Isso, diz ela, vai afetar os empregos em toda a cadeia de fornecedores do setor:

—A economia do Rio é dependente do petróleo. Se o mercado de óleo e gás vai bem, o Rio vai bem. Mas se o mercado não aproveitar a competência instalada no Rio.

No Comperj, que se tornou um dos símbolos do esquema de corrupção investigado pela Operação LavaJato, estão nos canteiros de obras apenas 30% dos seis mil operários contratados para a construção ali da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) e da malha de gasodutos da chamada Rota 3, que escoará gás natural dos campos do pré-sal da Bacia de Santos. Pouco mais de quatro mil trabalhadores estão em férias coletivas. A Petrobras informou, em nota, que “paralisou temporariamente” as obras no Comperj atendendo a um ofício da Secretaria Municipal de Saúde de Itaboraí que solicitou a interrupção de 70% das atividades do empreendimento para ajudar na contenção do coronavírus.

PROJETOS PARALISADOS

As empresas que atuam no projeto reduzido do Comperj têm se reunindo com representantes da Prefeitura de Itaboraí e autoridades sanitárias para viabilizar a retomada gradual das obras. Paulo Cesar Quintanilha, presidente do Sintramon Itaboraí e São João da Barra, sindicato que representa trabalhadores das empresas de montagem e manutenção industrial da região, diz que os operários esperam demissões a partir deste mês:

— Se essa situação continuar por mais 15 dias vai ter demissão.

Rafael Lima, vice-presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), diz que a paralisação dos projetos em andamento tem um impacto muito forte na cadeia de óleo e gás. Ele destaca ainda a perda de contratos futuros, já que muitas concorrências estão sendo adiadas no setor:

—Vamos sofrer muito. Efeitos começam a ser sentidos.

SOLUÇÃO NEGOCIADA

Sobre seus contratos de serviços e manutenção, a Petrobras informou que vem acompanhando a evolução da pandemia no mundo e seu impacto no mercado de petróleo e combustíveis. Em nota, a estatal afirmou que “dada a complexidade e a diversidade dos contratos de bens e serviços, qualquer impacto destas condições nos termos contratuais está sendo tratado individualmente com cada empresa”.

A Petrobras disse ainda que mantém contato permanente com os seus fornecedores “privilegiando sempre a busca de uma solução negociada”. Em relação à segurança dos trabalhadores

em suas operações, a empresa diz seguir orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

“A Petrobras apenas formalizou para cada contratada que a pandemia é caso fortuito de força maior, e que impactos financeiros deverão ser suportados por cada uma das partes. As empresas não sabem o que fazer”

Eduardo Aragon, diretor da BrainMarket

Congresso deve derrubar veto de Bolsonaro a reajuste de servidores, diz relator

Bolsonaro disse que até quarta-feira deve sancionar o projeto de socorro aos Estados com o veto à possibilidade dos reajustes.

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

11 de maio de 2020 | 18h45

BRASÍLIA - Relator do projeto de socorro a Estados e municípios, o deputado **Pedro Paulo** (DEM-RJ) avalia que o Congresso Nacional deverá derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao artigo que livra categorias de servidores do congelamento de salários até o fim de 2021. "Acho difícil não derrubar", disse Pedro Paulo em mensagem ao **Broadcast**.

"Até porque para não derrubar seria necessário um presidente que conversasse com a sociedade, com o servidor público, com o Congresso, e não apenas reclamar e brigar. Assim, não se consegue nada, só derrotas", acrescentou o deputado.

Bolsonaro disse que até quarta-feira deve sancionar o projeto de socorro aos Estados com o veto à possibilidade dos reajustes. Ele afirmou que conversou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e que vai "atendê-lo 100%".

Como mostrou o **Estado, o projeto foi aprovado no Senado com o aval do próprio presidente para beneficiar o funcionalismo**, principalmente da área de segurança, atropelando a orientação do ministro Guedes de garantir essa contrapartida ao socorro de R\$ 125 bilhões aos Estados e municípios.

O ministro ficou irritado com a orientação dada pelo líder do governo na Câmara, **Major Vitor Hugo** (PSL-GO), avalizando a flexibilização e reclamou com o presidente. Bolsonaro conversou com Guedes sobre a possibilidade de veto antes de uma entrevista concedida na semana passada em que anunciou a intenção de seguir a orientação da equipe econômica para manter o congelamento até 2021.

O congelamento integral garante economia de R\$ 130 bilhões para União, Estados e municípios. Da forma como foi aprovado no Congresso, o texto dá alívio de apenas R\$ 43 bilhões.